



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KETTLEN LORRANY FELINTO NASCIMENTO

**A AMÉRICA CENTRAL SOB PRESSÃO: ENTRE A HEGEMONIA DOS EUA
E A ASCENSÃO DA PRESENÇA DA CHINA**

BRASÍLIA

2025

Kettlen Lorrany Felinto Nascimento

**A América Central sob pressão: entre a hegemonia dos EUA
e a ascensão da presença da China**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

Brasília

2025

CIP - Catalogação na Publicação

NN244a Nascimento, Kettlen Lorrany Felinto.
A América Central sob pressão: entre a hegemonia dos EUA e a ascensão da presença da China / Kettlen Lorrany Felinto Nascimento;

Orientador: Roberto Goulart Menezes. -- Brasília, 2025.
72 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Relações Internacionais) -- aqui Universidade de Brasília, 2025.

1. Relações internacionais. 2. Política externa. 3. Comércio. 4. Cooperação. I. Menezes, Roberto Goulart, orient. II. Título.

Kettlen Lorrany Felinto Nascimento

**A América Central sob pressão: entre a hegemonia dos EUA
e a ascensão da presença da China**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data da aprovação: 24/02/2025

Dr. Roberto Goulart Menezes — Orientador
Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais (UnB)

*Para a minha mãe e todos os latino-americanos e
caribenhos que também ousaram lutar por dias
melhores.*

RESUMO

Após décadas de uma aliança sólida com Taiwan, o crescimento econômico da China levou diversos países da América Central a romperem as relações diplomáticas com a ilha e a reconhecerem oficialmente Pequim. Essa mudança, que ocorreu somente no século XXI, provocou fortes reações por parte dos Estados Unidos, potência historicamente hegemônica na região. Ao perceber a crescente influência chinesa em seu entorno geográfico, os governos estadunidenses passaram a adotar diferentes estratégias (diálogo, competição e contenção) para tentar moldar e, até mesmo, neutralizar a presença do gigante asiático. Com base nesse cenário, o presente trabalho analisa como a América Central se tornou uma região vital na disputa geopolítica entre as duas maiores potências da atualidade e investiga os impactos desse confronto para os países centro-americanos.

Palavras-chave: relações internacionais, política externa, comércio, cooperação, *Belt and Road Initiative*, segurança, dependência.

ABSTRACT

After decades of a solid alliance with Taiwan, China's economic growth led several Central American countries to break diplomatic relations with the island and officially recognize Beijing. This change, which only took place in the 21st century, provoked strong reactions from the United States, a historically hegemonic power in the region. Realizing the growing Chinese influence in their geographical surroundings, US governments began to adopt different strategies (dialogue, competition and containment) to attempt to shape and even neutralize the presence of the Asian power. In this context, this final paper analyzes how Central America has become a vital region in the geopolitical dispute between the two largest powers today and investigates the impacts of this confrontation on Central American countries.

Keywords: international relations, foreign policy, trade, cooperation, Belt and Road Initiative, security, dependency.

RESUMEN

Tras décadas de una sólida alianza con Taiwán, el crecimiento económico de China llevó a varios países de Centroamérica a romper relaciones diplomáticas con la isla y reconocer oficialmente a Pekín. Este cambio, que se materializó apenas en el siglo XXI, provocó fuertes reacciones por parte de Estados Unidos, potencia históricamente hegemónica en la región. Ante la creciente influencia china en su entorno geográfico, los gobiernos estadounidenses empezaron a adoptar diferentes estrategias (diálogo, competencia y contención) para intentar moldear e incluso neutralizar la presencia del gigante asiático. En este contexto, este trabajo analiza cómo Centroamérica se ha convertido en una región vital en la disputa geopolítica entre las dos mayores potencias de la actualidad e investiga los impactos de este enfrentamiento sobre los países centroamericanos.

Palabras-clave: relaciones internacionales, política exterior, comercio, cooperación, Iniciativa de la Franja y la Ruta, seguridad, dependencia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - América Central: território e população (2023).....	16
Tabela 2 - Quantidade de migrantes centro-americanos que residem nos EUA (2000-2023). 24	24
Tabela 3 - Remessas internacionais dos países da América Central em 2023.....	27
Tabela 4 - Países que mantêm relações diplomáticas com Taiwan (2025).....	31
Tabela 5 - Comércio Belize-Taiwan (US\$ milhões).....	42
Tabela 6 - Comércio Belize-China (US\$ milhões).....	43
Tabela 7 - Comércio Guatemala-Taiwan (US\$ milhões).....	45
Tabela 8 - Comércio Guatemala-China (US\$ bilhões).....	45
Tabela 9 - Corrente comercial da América Central com os EUA e a China (US\$).....	55

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** - Localização geográfica da América Central dentro do continente americano..... 17
- Mapa 2** - Portos próximos ao Canal do Panamá administrados por empresas de Hong Kong 52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Binômio Integração-Segurança.....	21
Quadro 2 - Relação dos países da América Central com a China.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Autoridade do Canal do Panamá
Agexport	Associação Guatemalteca de Exportações
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
B3W	<i>Build Back Better World</i>
BCIE	Banco de Integração Centro-Americano
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
BUILD Act	<i>Better Utilization of Investments Leading to Development Act</i>
CAFTA-DR	<i>Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement</i>
CARICOM	Comunidade do Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista Chinês
PGII	<i>Partnership for Global Infrastructure Investment</i>
PIB	Produto Interno Bruto
ROC	<i>Republic of China (Taiwan)</i>
RPC	República Popular da China
SICA	Sistema de Integração Centro-Americano
TAIPEI Act	<i>Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative</i>
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - A importância da América Central e o peso da hegemonia dos EUA na região.....	16
1.1 - América Central: uma região geoestratégica.....	16
1.2 - A construção da hegemonia dos EUA na América Central.....	18
1.3 - A estratégia de atuação dos EUA para a América Central durante o século XXI: evolução e consequências.....	24
Capítulo 2 - De Taiwan à China: a mudança na política externa dos países centro-americanos.....	29
2.1 - Entre dois dragões: quais fatores explicam a demora dos países centro-americanos em reconhecer a República Popular da China?.....	29
2.2 - <i>Adiós, Taipei. Hola, Pekín</i> : o estabelecimento de relações com a China como um movimento pragmático.....	34
2.3 - <i>Aún de espaldas al dragón</i> : a relação de Taiwan com Guatemala e Belize e perspectivas para o reconhecimento da República Popular da China.....	41
Capítulo 3 - Gigantes em disputa: o avanço da China na América Central e a resposta dos EUA como um capítulo da rivalidade entre as duas potências.....	48
3.1 - A disputa pela América Central dentro do embate entre China e EUA no plano global.....	48
3.2 - Do romper das sirenes à ameaças de invasão: como a presença da China na América Central é interpretada pelos EUA.....	50
3.3 - As estratégias dos EUA diante da presença da China na América Central: entre o diálogo, a contenção e a competição.....	53
Conclusão.....	60
Referências Bibliográficas.....	62

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como o aumento da presença chinesa na América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) ocorre e discutir como esta ofensiva da China é percebida pelos Estados Unidos da América (EUA). Além disso, será apontado como a potência norte-americana busca frear este avanço. A América Central era tida como um bastião de reconhecimento diplomático da província de Taiwan, entretanto essa circunstância começou a se alterar no início do século XXI.

A maioria dos países centro-americanos romperam relações diplomáticas com Taiwan e passaram a reconhecer a China em anos recentes: Costa Rica (2007), Panamá (2017), El Salvador (2018), Nicarágua (2021) e Honduras (2023). Essa mudança foi impulsionada por perspectivas de crescimento nos fluxos de comércio, cooperação e investimentos na área de infraestrutura com a *Belt and Road Initiative* (BRI). Atualmente, somente Belize e Guatemala ainda mantêm relações com Taipei.

A crescente aproximação da China com a América Central reflete uma busca dos países da região por mais autonomia e uma relação com uma potência que não carrega o mesmo olhar negativo dos EUA. Enquanto Washington, que historicamente exerce grande poder e interferência sobre a região, vê a América Central como um problema para sua segurança nacional, especialmente devido a questões como migração, narcotráfico e instabilidade política, a China enxerga na região uma oportunidade estratégica tanto para expandir sua influência econômica quanto para diminuir o apoio diplomático de Taiwan.

Os EUA encara o crescimento da atuação chinesa na América Central com preocupação. No plano internacional, é crescente a rivalidade entre as duas potências e o entendimento por parte dos EUA de que a China representa uma ameaça para seus interesses na região e no mundo. Neste cenário, a disputa pela América Central ganha novas dimensões. Os EUA tentam alertar os países centro-americanos do risco de estabelecer acordos com um país pouco confiável como a China. Enquanto isso, Pequim destaca as potenciais vantagens que o estabelecimento de relações diplomáticas traria.

O argumento central deste trabalho é que os EUA não permitem a atuação de potências rivais em uma região considerada fundamental para sua segurança interna. Por isso, o crescimento da influência chinesa nos países centro-americanos é interpretado como um fator de desestabilização na região. Em resposta, Washington adota diversas medidas para dificultar ou até mesmo neutralizar a presença de Pequim. Inicialmente, o diálogo foi a principal ferramenta utilizada, especialmente durante os governos de George W. Bush e Barack Obama. No entanto, com a chegada de Donald Trump em 2017 à presidência, essa

abordagem foi substituída por uma estratégia mais agressiva, baseada na competição e contenção, linha que se manteve no governo de Joe Biden (2021-2025). Com o retorno de Trump à Casa Branca, ameaças mais incisivas a respeito da China, inclusive sinalizações de uma possível intervenção militar na América Central, resgatam a mesma lógica imperialista que historicamente sustentou a hegemonia dos EUA na região.

Para analisar essa realidade complexa, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, a análise de dados quantitativos e o estudo de documentos oficiais para compreender as posições e as ações dos países envolvidos. A partir desse levantamento, foi possível traçar uma análise acerca do impacto da crescente presença de Pequim na América Central e a forma como os EUA buscam reafirmar a sua hegemonia na região.

A argumentação está dividida em três capítulos. No capítulo 1, abordamos a importância geoestratégica da América Central para os EUA, destacando como a região foi moldada pela hegemonia estadunidense. Este capítulo analisa como a América Central se tornou um território crucial para os EUA, especialmente durante o século XX, quando o país garantiu sua influência sobre a região por meio de diversas intervenções políticas e militares. Em seguida, analisamos o papel da América Central no contexto da segurança nacional de Washington no século XXI, com destaque para as preocupações com a migração, o narcotráfico e a estabilidade regional.

No capítulo 2, o foco é a transformação da política externa dos países centro-americanos, com ênfase na transição de uma aliança histórica com Taiwan para o estabelecimento de laços diplomáticos com a China. São investigados os motivos dessa mudança, com uma análise do princípio de uma só China e as razões pelas quais a maioria dos países da região demorou a tomar essa decisão. Além disso, discutimos como o estabelecimento de relações diplomáticas com a China se desdobrou em cada um desses países e quais os benefícios e desafios que os governos centro-americanos enfrentam com essa mudança de orientação. Na parte final deste capítulo tratamos da exceção de Belize e Guatemala, os dois únicos países da região que ainda reconhecem Taiwan, e as possíveis perspectivas para que essa política seja alterada no futuro.

No capítulo 3, analisamos a crescente competição entre os EUA e a China pela influência na América Central. Para isso, abordamos o contexto mais amplo dessa rivalidade, à medida que a disputa pela região se insere na competição geopolítica global entre as duas potências. A segunda seção do capítulo destaca como os EUA percebem o aumento da presença chinesa na região, especialmente no que se refere à segurança nacional e aos seus interesses estratégicos. Em seguida, discutimos como Washington reage a esse avanço chinês,

com foco nas três estratégias adotadas pelos EUA para lidar com a situação: o diálogo, a competição e a contenção.

Capítulo 1 - A importância da América Central e o peso da hegemonia dos EUA na região

Antes de compreender como os EUA e a China têm disputado espaço e influência nos países centro-americanos, é importante delinear a atuação da potência norte-americana na América Central. Para isso, neste capítulo são abordados três pontos principais: (1) a importância geoestratégica da América Central para os EUA; (2) como a hegemonia estadunidense foi estabelecida historicamente na região e (3) como os EUA tem se relacionado com a América Central durante o século XXI, momento no qual os países centro-americanos deixam de reconhecer Taiwan e começam a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

1.1 - América Central: uma região geoestratégica

A América Central é uma região de 522.180 km² e 51 milhões de habitantes (Tabela 1), composta por sete países (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), localizada no coração do continente americano e é por essência heterogênea. A diversidade é constatada pela presença de governos com larga trajetória histórica autoritária (Guatemala e El Salvador), democrática (Costa Rica) ou revolucionária (Nicarágua); por economias que entraram na divisão internacional do trabalho a partir da exportação de café (Guatemala, Costa Rica e El Salvador), banana (Honduras) ou pelo foco no setor de serviços (Panamá); por graves violações de Direitos humanos, por exemplo, contra os povos originários (El Salvador e Honduras), por locais onde a herança indígena é muito forte (Guatemala); ou, ainda, pela forte presença de afrodescendentes (Belize) (CHAVERRI, 1985, p.60).

Tabela 1 - América Central: território e população (2023)

País	Território (km²)	População
Belize	22.970	411.106
Costa Rica	51.100	5.105.525
El Salvador	21.040	6.309.624
Guatemala	108.890	18.124.838
Honduras	112.490	10.644.851
Nicarágua	130.370	6.823.613
Panamá	75.320	4.458.759
Total	522.180	51.878.316

Banco Mundial, 2025a.

Na relação dos EUA com a América Central a geografia desempenha um papel primordial (Mapa 1). Apenas um país, o México, separa os dois e essa proximidade física gera

consequências importantes para o relacionamento. Ter uma vizinhança segura e não hostil é um fator importante para que uma potência possa empregar mais energia em exercer sua influência no resto do mundo¹. Além disso, quando problemas superam as fronteiras, ter uma relação boa com os países mais próximos é fundamental para endereçar desafios comuns que exigem respostas coletivas. Sendo assim, por fazer parte de seu entorno geográfico, a região centro-americana dificilmente contaria com uma total indiferença por parte dos EUA.

Mapa 1 - Localização geográfica da América Central dentro do continente americano



Fonte: CIA. **Middle America**. Washington, D.C: Central Intelligence Agency, 1986. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/2011586150/>>. Acesso em 31 dez. 2024.

Além da proximidade física, a América Central também exerce dois papéis estratégicos no continente americano. Por um lado, ela é uma ponte, ao ligar a América do Sul e a América do Norte. Por outro, ela é um istmo, ao fornecer uma comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Por representar uma área de ligação, a América Central é vista como vital para garantir a segurança interna dos EUA, uma vez que potenciais ameaças e

¹ Nesse sentido os EUA se diferenciam da China. Enquanto os estadunidenses “estão cercados por oceanos e vizinhos que estão propensos a permanecerem amigáveis”, a China possui fronteira com 14 países, alguns deles nuclearmente armados (Rússia, Índia e Paquistão), bem como disputas territoriais ainda não resolvidas e um processo de unificação territorial ainda em curso (NYE, 2022, p.1648).

instabilidades poderiam transbordar para a América do Norte. Ao conectar o Atlântico e o Pacífico, a região também exerce funções essenciais relacionadas à navegação marítima, à comunicação entre a costa leste e oeste dos EUA e ao transporte comercial internacional, especialmente após a inauguração do canal do Panamá em 1914 (CHAVERRI, 1985, p.76-77).

Por conta desses três elementos (proximidade geográfica, ligação entre a América do Sul e a América do Norte e a comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico) a América Central constitui, dentro do Hemisfério Ocidental, uma área de grande importância para os EUA. Pensando nisso, geoestrategistas e diplomatas estadunidenses, como Nicholas Spykman e George Kennan, evocaram a noção de “mediterrâneo americano” e apontaram para a necessidade da supremacia e do controle total dos EUA nesta região. Para salvaguardar seus interesses vitais, os EUA deveriam, segundo eles, conter a presença de seus rivais e a atuação de potências extrarregionais (DÍAZ, 2012, p.1337-1346).

Além da geografia, o relacionamento dos EUA com a América Central é caracterizado historicamente por uma forte assimetria de poder e o constante uso do unilateralismo por parte dos EUA. Uma relação marcada pelo imperialismo estadunidense nos séculos XIX e XX, que utilizou perspectivas relacionadas ao darwinismo social e elementos de superioridade racial, é hoje fortemente determinada pela dependência dos países centro-americanos em relação à potência norte-americana (FERES, 2004, p.66-67).

Diante das várias intervenções na região, como veremos a seguir, a América Central ficou conhecida pejorativamente como sendo parte do “quintal” dos EUA. A ideia de *backyard* corresponde, por um lado, ao entendimento de que a área seria uma continuidade geográfica do território dos EUA, mas também evoca a noção de um local onde o poder dos EUA é exercido conforme a sua vontade e sem nenhuma interferência externa (PAZ, 2012, p.26).

1.2 - A construção da hegemonia dos EUA na América Central

A crescente atuação dos EUA nos territórios que hoje conformam a América Central remonta ao século XIX, após o processo de independência do país norte-americano (1776) e o estabelecimento de seu “espaço vital”. O Destino Manifesto, ou seja, a crença de que os estadunidenses eram um povo escolhido por sua riqueza espiritual, racial e material e, por conta disso, estavam destinados a se tornarem uma grande nação, não só justificou a chamada “guerra justa” contra os povos nativos, mas também a expansão territorial das treze colônias para o oeste e o sul. Com a definição de suas fronteiras, os EUA começaram a consolidar a

sua influência sobre o resto do hemisfério. Havia a percepção de que, uma vez que os EUA não participaram da partilha da Ásia e da África, a sua área de expansão natural era o continente americano (TULCHIN, 2016, p.20-22).

Nesse contato com os países ao sul, um dos principais pensamentos que guiou a política externa dos EUA para a região foi a Doutrina Monroe, expressa pelo presidente James Monroe em sua mensagem ao Congresso em 1823. A Doutrina Monroe é uma representação da defesa e da independência do continente americano frente a novas tentativas de intervenções e colonizações vindas de fora. Na prática, ela significa a incorporação pelos EUA da América Latina e do Caribe a sua área de atuação exclusiva e, portanto, a ideia de que outras potências, principalmente as europeias, não deveriam mais interferir nesta área do globo. É uma forma dos EUA reedificar seus “direitos naturais” hegemônicos sobre essa região e incluir o continente americano na sua noção de espaço vital. Dessa forma, a segurança do continente está diretamente associada à sua segurança nacional (NOVION, 2011, p.72-77).

A América Central entrou nos planos estratégicos estadunidenses ainda nas primeiras décadas do século XIX com a busca pela construção de um canal interoceânico que permitisse uma comunicação mais facilitada entre as duas costas do país, especialmente após a descoberta do ouro na Califórnia (1848), e o aumento da capacidade comercial e militar, ao garantir o domínio dos mares próximos ao seu território. A política dos EUA neste momento não possui um raciocínio meramente hemisférico, mas sim global. Seu objetivo era construir as estruturas necessárias para alcançar a sua ambição de se tornar uma grande potência. As pretensões estadunidenses se chocaram, no entanto, com os interesses europeus já assentados na América Central². Superada a *febre canalera*, que levou muitos países centro-americanos a realizarem uma série de concessões a diversos países e empresas estrangeiras, os EUA logrou superar os embates com as potências europeias por meios diplomáticos. Com a assinatura do Tratado Hay-Pauncefote (1901), entre britânicos e estadunidenses, os EUA obtiveram o direito de construir e controlar a via interoceânica (ZÚÑIGA, 1982, p. 61-77).

De olho na possibilidade de estabelecer o canal no Panamá, uma região que até aquele momento fazia parte do território colombiano, e diante da oposição do Congresso da Colômbia ao Tratado Hay-Herrán (1903), que dava aos estadunidenses o direito de executar a obra, um novo país iria nascer, a partir da atuação direta dos EUA, para que finalmente a

² Principalmente os britânicos que além de possuírem uma colônia na América Central (o território que hoje corresponde a Belize), também tinham uma forte presença em áreas da Nicarágua (Costa de los Mosquitos e rio San Juan) e Honduras (Islas de la Bahía), países que já eram independentes (ZÚÑIGA, 1982, p. 67).

passagem interoceânica se tornasse uma realidade. Apesar de fatores internos terem contribuído para o processo de independência do Panamá, o suporte militar e político estadunidense, que prontamente reconheceu a separação, foi fundamental para garantir que a Colômbia não retomasse o território (MEJÍA, 1984, p. 58-59). A relação dos EUA com o Panamá, desde a sua independência, revela como os interesses da potência norte-americana prevaleciam. Com a sua criação, o Panamá passa a se tornar na prática um protetorado dos EUA, que assume a obra iniciada pelos franceses e constroi e administra o canal por mais de oito décadas, entre 1914 e 1999 (SARAIVA, 2008, p.142).

O Canal do Panamá não é só uma obra de engenharia importante. A sua construção trouxe implicações profundas para a América Central. Como aponta René Zúñiga:

Quando o canal ficou pronto, finalmente decidido em favor da rota pelo Panamá, o mapa do mundo havia mudado e o Caribe e a América Central haviam se tornado a área mais estratégica da segurança dos EUA. As bases navais em Cayo Hueso, Porto Rico, Cuba, República Dominicana, Nicarágua, Ilhas Virgens, Haiti e Panamá deram aos EUA o controle absoluto da região. O Tratado Hay-Pauncefote de 1901 significava não apenas o controle [dos EUA] da passagem interoceânica, mas também implicava, em termos econômicos, um instrumento para a expansão comercial de seus produtos. [...] A nova tarefa dos EUA seria construir uma sociedade política centro-americana que protegeria o canal, com base no trabalho “civilizatório” dos fuzileiros navais (ZÚÑIGA, 1982, p. 75-76, tradução nossa).

A ampliação da atuação dos EUA na América Central também é marcada pela expansão do capital estadunidense, que buscava novos mercados, recursos naturais e investimentos mais lucrativos. O caso mais ilustrativo da presença econômica dos EUA na região é a atuação da *United Fruit Company*, uma multinacional estadunidense produtora de frutas que controlava vastas extensões de terras em países como Guatemala e Honduras. A empresa mantinha uma relação próxima com os governos locais, apoiando regimes autoritários que favorecessem seus interesses corporativos e promovendo, junto com o governo dos EUA, a retirada do poder daqueles que questionassem o seu papel, como o caso da deposição do presidente guatemalteco Jacobo Árbenz (1951–1954), que buscou implementar medidas para combater a concentração fundiária no país (BUCHELI, 2008, p.437-438).

Diante da expansão do capital estadunidense na América Central e para a manutenção de uma estabilidade regional que não prejudicasse sua segurança interna ou a circulação marítima, são realizadas diversas intervenções dos EUA nos países centro-americanos. A lógica hegemônica envolvia um conjunto de estratégias como a persuasão econômica, com medidas como a diplomacia do dólar, até a imposição de condições, o uso da força e a ocupação dos territórios. As justificativas para a atuação dos EUA eram variadas, como a

necessidade de levar a civilização e o progresso para os povos “bárbaros”, o controle de ameaças externas, o aperfeiçoamento da democracia e a superação da instabilidade econômica. Apesar do uso de motivos variados, a atuação dos EUA buscava, essencialmente, salvaguardar seus interesses (DÍAZ, 2012, p.1345).

O estabelecimento e manutenção da hegemonia dos EUA na América Central ocorre de maneira multidimensional em diferentes eixos (político, econômico, militar, cultural, ideológico, psicológico entre outros) e pode ser observada a partir do Binômio Integração-Segurança. Esse binômio é uma evidência da atuação da hegemonia estadunidense em diferentes períodos por meio de distintas estratégias de integração e segurança e está distribuído em cinco momentos: (1) Panamericanismo e Big Stick; (2) Interamericanismo e Boa Vizinhança; (3) Interamericanismo e Contra Insurgência; (4) Aliança para o Progresso e Anticomunismo; (5) Neoliberalismo e Nova Agenda de Segurança (Quadro 1). É importante destacar que normalmente, o binômio revela uma relação mais importante com a Segurança do que com a Integração. Ou seja, as políticas de integração promovidas pelos EUA buscam o apoio das elites locais em troca de privilégios e benefícios, mas são reforçadas pela ênfase na segurança (NOVION, 2021, p.70-75).

Quadro 1 - Binômio Integração-Segurança

1.	Política de Integração	Panamericanismo: investimento do capital dos EUA nos países do continente (diplomacia do dólar), obrigatoriedade da arbitragem estadunidense na solução de controvérsias regionais e estabelecimento de uma união aduaneira regional. A política buscava a união continental sob a liderança dos EUA.
	Estratégia de Segurança	Big Stick: adoção do Corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe, que determinava que os EUA poderiam intervir no continente para garantir que os países cumprissem suas obrigações com os credores internacionais e não prejudicassem os interesses estadunidenses (ex. Guerra das Bananas, uma série de intervenções militares dos EUA em diversos países da América Central para proteger os interesses de empresas americanas).
2.	Política de Integração	Interamericanismo: criação de um acordo de defesa coletiva continental (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR) e

		de um fórum regional institucionalizado (Organização dos Estados Americanos - OEA).
	Estratégia de Segurança	Boa Vizinhança: diante dos efeitos da Crise de 1929 e da influência do nazifascismo no hemisfério, os EUA buscam formar uma unidade regional, durante a Segunda Guerra Mundial, em favor dos interesses dos aliados. Importante uso da cultura (cinema, rádio, imprensa etc) para mudar a imagem intervencionista dos EUA no continente.
3.	Política de Integração	Interamericanismo: manutenção da política de integração.
	Estratégia de Segurança	Contra Insurgência: perseguição política de opositores, mantida por meio de ações de governos ditatoriais apoiados pelos EUA, com o objetivo de conter a ação de movimentos insurgentes de cunho nacionalista/revolucionário (ex. intensificação do treinamento de quadros militares da região em institutos dos EUA como a Escola das Américas, sediada no Panamá).
4.	Política de Integração	Aliança para o Progresso: EUA impulsionam o desenvolvimento social e econômico dos países do continente, por meio da assistência financeira, com o objetivo de conter a expansão do comunismo.
	Estratégia de Segurança	Anticomunismo: principalmente após a Revolução Cubana, os EUA atuaram ativamente contra governos progressistas e de esquerda, incluindo o envolvimento direto em golpes de Estado, para deter uma suposta ameaça comunista e o aumento da influência da União Soviética na região (ex. apoio financeiro e militar dos EUA aos Contras na Nicarágua).
5.	Política de Integração	Neoliberalismo: promoção das políticas do Consenso de Washington (austeridade fiscal, desregulamentação econômica, privatização de empresas estatais etc) e criação de tratados de livre comércio multilaterais e bilaterais dos EUA com países da região.
	Estratégia de Segurança	Nova Agenda de Segurança: securitização de temas não ligados à segurança (ex. migração e meio ambiente) e intensificação do combate

		<p>ao narcoterrorismo e ao crime organizado transnacional, principalmente após os ataques de 11 de setembro (ex. invasão militar dos EUA no Panamá para capturar o general Manuel Noriega, acusado de tráfico de drogas pelo sistema judiciário estadunidense).</p>
--	--	---

Elaborado pela autora a partir da teoria do Binômio Integração-Segurança (NOVION, 2011) e complementada com outros estudos (AYERBE, 2002; FERES, 2004; NOVION, 2021; TULCHIN, 2016 e VARGAS, 2014).

A partir do Binômio Integração-Segurança é possível perceber como as estruturas hegemônicas dos EUA na região foram construídas ao longo do tempo e ainda ancoram o poder do país na região. Assim, diferente do que se supunha, o declínio da hegemonia dos EUA na América Latina e Caribe não ocorreu com o fim da Guerra Fria e os ataques terroristas de 11 de setembro. Com o direcionamento da atenção dos EUA para o Oriente Médio, a busca por autonomia dos países latino-americanos e a inserção de atores extra-regionais no hemisfério, teria ocorrido um declínio das ações dos EUA para a região. Diante da falta de um plano abrangente, seria então possível constatar uma negligência dos EUA em relação ao continente (RUSSEL e TOKATLIAN, 2008, p.7-11).

Essa tese enfrenta, no entanto, dois problemas fundamentais. Por um lado, ela confunde prioridade com importância. Por mais que a prioridade da política externa estadunidense não tenha sido a América Latina e Caribe, houveram diversas iniciativas para a região como a tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a identificação e contenção de ameaças (ex. narcotráfico, crime organizado e migração). A existência de tais ações revelam a permanência de estruturas de poder para o exercício da hegemonia estadunidense (MILANI, 2021, p.121-130).

Por outro lado, a tese da irrelevância crescente é pouco específica. Dentro do continente americano, as várias regiões são impactadas de maneira diferente pela presença dos EUA. Nesse sentido, o hemisfério pode ser dividido em duas partes cada vez mais diversas. De um lado, há a América Central, o Caribe e o México³. Nessas regiões, os vínculos com Washington são mais importantes, a presença dos EUA é maior e a margem de manobra dos países é reduzida. A América do Sul, por outro lado, goza de um maior grau de autonomia relativa e as relações com os EUA são importantes, mas não decisivas (CASTAÑEDA, 2013, p.365-368). Ao generalizar a atuação dos EUA para os países latino-americanos, a teoria

³ Alguns autores que estudam as relações dos EUA com os países latino-americanos e caribenhos também chegam a incluir a Venezuela e a Colômbia nesta classificação (RUSSEL e TOKATLIAN, 2008, p.12).

oculta o papel estratégico de algumas sub-regiões na política externa estadunidense e a existência de estratégias específicas para lidar com cada uma delas.

1.3 - A estratégia de atuação dos EUA para a América Central durante o século XXI: evolução e consequências

Atualmente, a América Central é percebida pelos EUA como uma região instável por conta de fatores como insegurança generalizada, sistemas políticos e judiciais frágeis e altos níveis de pobreza e desemprego. De acordo com essa perspectiva, a incapacidade dos governos centro-americanos de lidar com tais problemas faz com que organizações criminosas transnacionais se aproveitem da situação e utilizem a região para traficar aproximadamente 90% da cocaína destinada aos EUA, além de outras atividades ilícitas. Por outro lado, os problemas sociais, políticos e econômicos também fazem com que a região se torne uma fonte significativa de fluxos migratórios em direção ao norte. Sendo assim, a América Central é considerada um dos desafios mais urgentes para a política dos EUA no Hemisfério Ocidental durante o século XXI (MEJÍA, 2021, p.103-106).

A construção da política externa dos EUA para a América Central parte do pressuposto que a região não é homogênea. Os países do Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras) são vistos de maneira conjunta e identificados como os locais onde os problemas da região são mais acentuados. Além disso, a maior parte dos nacionais centro-americanos que vivem nos EUA, desde os anos 2000, são provenientes desses três países (Tabela 2). Belize, única nação do istmo que teve colonização britânica, é vista como politicamente estável, mas com problemas relacionados à economia e segurança. A Nicarágua é entendida como um país com níveis comparativamente baixos de criminalidade, mas com um governo autoritário e com grandes níveis de pobreza. Por fim, o Panamá e a Costa Rica são lidos como países que têm as economias mais fortes e instituições políticas mais consolidadas da América Central (MEYER, 2017, p.3). Foi a partir dessas percepções que a inserção dos EUA na América Central foi moldada durante os diferentes governos estadunidenses.

Tabela 2 - Quantidade de migrantes centro-americanos que residem nos EUA (2000-2023)

País de nacionalidade	2000	2010	2023
Belize	42.000	47.197	50.003
Costa Rica	71.870	81.933	104.798
El Salvador	817.336	1.214.049	1.494.869
Guatemala	480.665	830.824	1.250.053

Honduras	282.852	522.581	934.617
Nicarágua	220.335	247.593	377.152
Panamá	105.177	99.419	103.174

Fonte: Migration Policy Institute, 2023.

A política do governo do presidente George W. Bush (2001–2009) para a América Central focou-se em impulsionar o crescimento econômico da região por meio do aumento do fluxo comercial com os EUA. Nesse contexto, foram negociados os acordos de livre comércio com os países centro-americanos: o *Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement* (CAFTA-DR)⁴ e o *U.S.-Panamá Trade Promotion Agreement* (TPA)⁵. A gestão do presidente Bush também lançou, em 2008, a *Merida Initiative*, um pacote de assistência à segurança que teve por objetivo lidar com os crescentes níveis de violência e criminalidade no México e na América Central. Por meio dessa iniciativa, os EUA forneceram ajuda na forma de equipamentos, treinamento e assistência técnica para apoiar os esforços na prevenção, combate e desarticulação de redes criminosas. A iniciativa foi reestruturada pelo governo Obama e passou a se chamar *Central America Regional Security Initiative*.

A partir do entendimento de que a política dos EUA para a América Central não gerou resultados sustentáveis, o governo do presidente Barack Obama (2009-2017) desenvolveu uma nova estratégia para a região. A *U.S. Strategy for Engagement in Central America*⁶, lançada em 2015, buscou adotar uma abordagem mais ampla do que iniciativas anteriores dos EUA para a América Central. Para melhorar as condições da região, a estratégia focou-se em três objetivos: (1) a promoção da prosperidade e da integração regional; (2) o fortalecimento da governança e (3) a melhoria da segurança. Além de partir da premissa de que os três pilares eram mutuamente dependentes e de igual importância, a implementação da estratégia também foi modificada, ao priorizar a coordenação entre diferentes agências dos EUA e combinar recursos estadunidenses com os de outros doadores.

Durante a administração Obama também foi lançado o *Plan of the Alliance for Prosperity in the Northern Triangle*⁷, diante da grave situação humanitária decorrente da onda

⁴ USTR. **CAFTA-DR (Dominican Republic-Central America FTA)**. United States Trade Representative, 2022. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/cafta-dr-dominican-republic-central-america-fta>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁵ USTR. **U.S.- Panama Trade Promotion Agreement**. United States Trade Representative. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/panama-tpa>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁶ WHITE HOUSE. **U.S. Strategy for Engagement in Central America**. White House, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/central_america_strategy.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁷ USAID. **Plan of the Alliance for Prosperity in the Northern Triangle: A Road Map**. USAID, 2014. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00T969.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

migratória de menores desacompanhados oriundos de El Salvador, Guatemala e Honduras em direção aos EUA. A partir da identificação dos problemas socioeconômicos enfrentados pelo Triângulo Norte, a iniciativa delineou quatro objetivos: (1) estimular o setor produtivo para criar novas oportunidades econômicas; (2) aprimorar a capacitação profissional e o investimento em capital humano (3) melhorar a segurança pública e aumentar o acesso ao sistema jurídico e (4) fortalecer as instituições para aumentar a confiança das pessoas no Estado.

Inicialmente o governo do presidente Donald Trump (2017-2021) manteve a *U.S. Strategy for Engagement in Central America*, apesar de ter ajustado a iniciativa em 2017⁸. As mudanças buscaram fazer com que alguns assuntos ganhassem mais ênfase, como a prevenção da imigração irregular, o combate ao crime organizado transnacional e a geração de oportunidades de exportação e investimento de empresas americanas na região. A gestão Trump também procurou reduzir a assistência dos EUA para a América Central. Em março de 2019, a maioria dos programas de ajuda externa para o Triângulo Norte da América Central foram suspensos diante da falta de contenção do fluxo migratório em direção aos EUA (MEYER, 2021, p.1-3).

Diante das ações do governo Trump, o Congresso dos EUA aprovou, em 2019, o *United States-Northern Triangle Enhanced Engagement Act*⁹, que destravou a ajuda externa para El Salvador, Guatemala e Honduras, mas impôs uma série de condicionalidades para a liberação de parte dos recursos, como o combate ao tráfico de pessoas, a adoção reformas que fortaleçam o Estado de direito, a promoção dos direitos humanos e o suporte a programas para reduzir a pobreza. Além disso, a legislação concedeu ao presidente a capacidade de identificar e impor sanções a indivíduos supostamente envolvidos em atos de corrupção e ações que prejudicam as instituições democráticas dos países da América Central. A Lista Engel, como ficou conhecida, foi projetada inicialmente para o Triângulo Norte, mas também passou a ser direcionada a cidadãos da Nicarágua em 2021.

No governo do presidente Joe Biden (2021-2025), a política dos EUA para a América Central ficou a cargo da vice-presidenta Kamala Harris. Sob a supervisão de Harris, foi lançada, em 2021, a *U.S. Strategy for Addressing the Root Causes of Migration in Central*

⁸ DEPARTMENT OF STATE. **Report to Update the U.S. Strategy for Engagement in Central America**. Department of State, 2017. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00N7FB.pdf> Acesso em: 28 dez. 2024.

⁹ CONGRESS. **United States-Northern Triangle Enhanced Engagement Act**. Congress.gov, 2019. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/2615/text>>. Acesso em: 29 dez. 2024.

*América*¹⁰. Essa política baseia-se em cinco pilares: (1) abordar a insegurança econômica e a desigualdade; (2) combater a corrupção e fortalecer a governança democrática; (3) promover os direitos humanos e os direitos trabalhistas; (4) combater e prevenir a violência; e (5) combater a violência sexual e de gênero. Apesar do foco nas causas estruturais da migração, a estratégia busca lidar com as condições da região de maneira ampla e pode ser lida como um complemento à implementação da *U.S. Strategy for Engagement in Central America*. Além dessa iniciativa, Harris também coordenou o programa *Central America Forward*¹¹, uma parceria público-privada que busca apoiar o crescimento econômico inclusivo na região.

A partir da análise das estratégias dos EUA para a América Central durante o século XXI, é possível identificar que as políticas estadunidenses para a região se concentraram no aspecto econômico e securitário. A abertura da região para os produtos dos EUA durante o governo Bush garante, até os dias de hoje, que os EUA sejam o principal parceiro comercial da região. Além disso, os EUA também são o maior investidor da América Central, ao se considerar o estoque e o fluxo de investimentos (BELLO, 2020, p.113-114). Por outro lado, a inserção estadunidense na América Central ainda está concentrada em uma agenda negativa que busca solucionar os problemas da região que afetam diretamente os EUA (migração, narcotráfico e instabilidade política/institucional). Outro aspecto importante do relacionamento é o peso dos EUA dentro das remessas internacionais recebidas anualmente por cada nação (Tabela 3). Nas economias de El Salvador e Honduras, os dois países que possuem as maiores comunidades de centro-americanos residindo nos EUA, as remessas internacionais representam mais de 20% de seus Produtos Internos Brutos (PIB) e mais de 90% delas vem somente dos EUA (BID, 2023).

Tabela 3 - Remessas internacionais dos países da América Central em 2023

País	Valor total das remessas	Porcentagem do PIB	Porcentagem dos EUA no total das remessas
Belize	US\$ 134 milhões	4,2%	84,7%
Costa Rica	US\$ 675 milhões	0,9%	61,5%
El Salvador	US\$ 8,1 bilhões	24,3%	95,8%
Guatemala	US\$ 19,9 bilhões	19,5%	92,9%
Honduras	US\$ 9,3 bilhões	27,3%	90,1%

¹⁰ WHITE HOUSE. **U.S. Strategy for Addressing the Root Causes of Migration in Central America**. White House, 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/07/Root-Causes-Strategy.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2024.

¹¹ DEPARTMENT OF STATE. **Central America Forward**. Department of State, 2024. Disponível em: <<https://www.state.gov/central-america-forward/>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Nicarágua	US\$ 5,1 bilhões	29,7%	74,2%
Panamá	US\$ 493 milhões	0,6%	61%

Fonte: BID, 2023.

Diante desse cenário, a política externa dos países da América Central, assim como a maior parte dos países da América Latina e Caribe, possui quatro objetivos centrais: (1) a busca por mais autonomia; (2) a diversificação das relações exteriores; (3) a concretização do interesse nacional definido em termos de desenvolvimento socioeconômico; e (4) a redução da dependência em relação aos EUA (RUSSEL e TOKATLIAN, 2008, p.8). Para atingir isso, os centro-americanos procuram estabelecer laços internacionais com países que possam oferecer novas oportunidades, recursos e criação de projetos que sejam mutuamente benéficos, bem como não tenham uma visão essencialmente negativa da região. É pensando nisso que os países da América Central começam a ver a China como um parceiro potencial e decidem revisar a sua aliança de longa data com a província de Taiwan.

Capítulo 2 - De Taiwan à China: a mudança na política externa dos países centro-americanos

A história diplomática da República Popular da China (RPC) na América Central abriu um novo capítulo com a mudança da política externa dos países centro-americanos, que rompem uma aliança de décadas com Taiwan. O presente capítulo busca analisar como e porque os países centro-americanos só reconheceram a China no século XXI. Para tanto, o texto será dividido em três partes: (1) o que é o princípio de uma só China e o que explica a demora para deixar de reconhecer reconhecer Taipei; (2) como ocorreu o estabelecimento de relações diplomáticas com a Pequim e (3) por que dois países (Belize e Guatemala) ainda continuam reconhecendo Taiwan e quais são as perspectivas para que eles mudem essa política.

2.1 - Entre dois dragões: quais fatores explicam a demora dos países centro-americanos em reconhecer a República Popular da China?

Durante a Revolução Chinesa, os comunistas lutaram contra a ditadura do Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês), liderada por Chang Kai-shek, que com o avanço da guerra civil se instala na ilha de Formosa em busca de refúgio. Com isso, a China é dividida em duas partes: a República Popular da China (RPC, China), de orientação socialista, e a República da China (ROC, Taiwan), de orientação capitalista. Graças ao apoio e à aliança com os EUA, Taiwan angariou o reconhecimento internacional como o representante legítimo do povo chinês e passou boa parte da Guerra Fria ocupando o assento permanente do país no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (CASTILLO, 2015).

Na década de 1970, há uma mudança da política externa dos EUA, que se aproxima de Pequim e reconhece a China continental durante o governo do presidente Richard Nixon. Nesse contexto, a Assembleia Geral da ONU aprova a Resolução 2758 (1971)¹², que oficializa a expulsão de Taiwan da organização, e a maior parte do mundo rompe relações diplomáticas com a ilha em favor da República Popular da China. Para ter relações com Pequim os países devem adotar o princípio de uma só China, ou seja, reconhecer que: (1) só existe uma China no mundo, a RPC; (2) Taiwan é parte inalienável do território chinês e (3) a RPC é a representante legítima e exclusiva da China. Como a potência asiática não mantém relações com países que reconhecem Taiwan, a adesão ao princípio de uma só China é um

¹² GENERAL ASSEMBLY. **Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations**. UN Digital Library System. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/192054?v=pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2025.

pré-requisito para o estabelecimento de laços diplomáticos e o desenvolvimento de relações bilaterais de Pequim com outros países (CHEN, 2022, p.1038).

Os países da América Central foram, no entanto, contra a tendência internacional e continuaram reconhecendo a província de Taiwan. Alguns motivos explicam o porquê disso. O primeiro deles é o fato dos governos centro-americanos já terem relações diplomáticas formais com a República da China (Taiwan) antes da vitória dos comunistas em 1949. Com o posicionamento dos EUA de reconhecer a legitimidade do governo exilado em Taiwan nas décadas seguintes à revolução, os países da América Central continuaram a sua aliança com o Kuomintang (PERALTA, 2006, p.172).

A decisão dos países centro-americanos de sustentar as relações diplomáticas após a década de 1970 ocorreu, em boa medida, porque durante bipolaridade característica da Guerra Fria muitos dos governos autoritários da América Central compatilhavam a mesma ideologia anticomunista dos nacionalistas da ilha de Formosa. Além disso, os países centro-americanos começaram a desenvolver uma cooperação importante com Taiwan na área de defesa e segurança, ilustrada pelo treinamento de oficiais da América Central envolvidos em operações de contra-insurgência na Escola de Guerra de Taiwan, a *Fu Hsing Kang College* (FORMAN e MOREIRA, 2008, p.97-98).

Com o final da Guerra Fria, a convergência política e a vertente militar das relações da América Central com Taiwan perderam importância relativa, tendo em vista a pacificação centro-americana e a transição para regimes políticos democráticos. No entanto, a existência de novas prioridades estratégicas contribuíram para a manutenção firme do relacionamento até meados dos anos 2000, como: (1) o caráter privilegiado da relação; (2) a importante parceria na área de cooperação bilateral e nas organizações de integração regional centro-americanas; (3) o forte intercâmbio cultural e acadêmico; e (4) o consenso entre as elites centro-americanas da importância de se manter os laços com a ilha (PERALTA, 2006, p.173-174).

O princípio de uma só China levou ao isolamento de Taiwan, que só consegue manter relações diplomáticas com um grupo pequeno de países (Tabela 4). Como o reconhecimento internacional é um elemento central para um país que busca se estabelecer como um Estado soberano, a ilha confere grande importância a seus aliados diplomáticos, o que implica em um tratamento especial que geralmente alguns países não têm com outras contrapartes. Essa política fez com que o governo de Taiwan desenvolvesse laços de amizade profundos com as elites centro-americanas, figuras da sociedade civil, meios de comunicação e partidos

políticos. A existência de diversas visitas oficiais recíprocas a nível de chanceler e presidente, demonstra o alto nível das relações (MENDES et al., 2011, p.73-74).

Tabela 4 - Países que mantêm relações diplomáticas com Taiwan (2025)

Localização geográfica	Países
América Central	Belize e Guatemala
América do Sul	Paraguai
África	Eswatini
Ásia e Pacífico	Ilhas Marshall, Palau e Tuvalu
Caribe	Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas
Europa	Vaticano (Santa Sé)

Fonte: Ministry of Foreign Affairs of the Republic of China (Taiwan), 2025.

A cooperação figura como o principal eixo da relação de Taiwan com os países centro-americanos e pode ser dividida em três pilares: (1) a cooperação financeira não reembolsável, na forma de doações; (2) a cooperação financeira reembolsável, na forma de empréstimos de longo prazo a juros baixos e (3) a cooperação técnica, por meio de medidas como o treinamento de profissionais. Por mais que os programas de cooperação oferecidos por Taiwan não sejam tão extensivos como aqueles promovidos pela União Europeia ou pelos EUA¹³, eles conseguem gerar um capital político enorme do público, que vê na ilha um aliado confiável. As iniciativas de cooperação de Taipei também são concentradas em problemas sensíveis da América Central, como o suporte ao desenvolvimento socioeconômico e a ajuda na prevenção de desastres naturais¹⁴ (PORTADA et al., 2020, p.557).

Uma dimensão pouco transparente da cooperação bilateral é a entrega de recursos financeiros por parte de Taiwan para campanhas eleitorais ou para o uso discricionário dos chefes de Estado ou governo. Esse tipo de doação já fez com que alguns presidentes centro-americanos fossem alvo de investigações pelo sistema judiciário interno de seus países, como no caso do ex-presidente Miguel Ángel (1998-2002) da Costa Rica e da ex-presidenta Mireya Moscoso (1999-2004) do Panamá. Por outro lado, muitos recursos de Taiwan também

¹³ SICA. **Cooperación Internacional en cifras**. Sistema de la Integración Centroamericana. Disponível em: <<https://www.sica.int/cooperacion/estado>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

¹⁴ A América Central é uma região que sofre de maneira regular com desastres naturais e fenômenos climáticos extremos devido à alta exposição geográfica a furacões, ciclones tropicais, terremotos, erupções vulcânicas, secas, inundações, incêndios, deslizamentos de terra, entre outros (GARCÍA, 2020, p.112-113).

foram empregados em projetos de infraestrutura como a construção ou a restauração de chancelarias dos países centro-americanos (PERALTA, 2006, p.174-175).

Como parte das relações de cooperação e amizade, Taiwan conta com a defesa de suas posições pelos países centro-americanos em foros internacionais, especialmente na ONU, e o apoio às aspirações da ilha em se tornar membro pleno de diferentes organizações internacionais. Nesse sentido, Taipei toma medidas efetivas para requisitar que os representantes dos países com os quais possuem relações diplomáticas enfatizem, na sessão de abertura da Assembleia Geral da ONU, a exclusão de Taiwan da organização e a necessidade da reincorporação da ilha (PERALTA, 2010, p.172).

Além das relações bilaterais, Taiwan também possui uma presença ativa nos organismos regionais centro-americanos como membro observador do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e do Banco de Integração Centro-Americano (BCIE). Os laços com a região costumavam ser tão profundos que desde 1999 havia realização de reuniões com os chefes de Estado e governo de Taiwan e da América Central a cada dois anos. Além disso, foram criados mecanismos conjuntos como a Comissão Mista de Cooperação entre Taiwan e os países do istmo centro-americano (1991) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico (1988), com o qual Taiwan se comprometeu a conceder uma ajuda econômica no valor de US\$ 240 milhões em 12 anos (PERALTA, 2006, p.175).

Além da existência de laços bilaterais e sub-regionais fortes, outro fator influenciou a manutenção do reconhecimento diplomático de Taiwan com os países da América Central: a relação da ilha com a China. Durante a gestão do presidente taiwanês Ma Ying-jeou (Kuomintang, 2008-2016), ocorreu o que convencionou-se chamar na literatura como período de trégua diplomática ou *détente* entre Taiwan e China. Nesse momento, Ma Ying-jeou implementou uma série de medidas para estabilizar as relações com Pequim, como a adoção do Consenso de 1992, no qual os dois lados aceitaram que existe “uma China”, mas cada um tinha sua própria interpretação do significado de “uma China”, e a garantia de que Taiwan não iria buscar a independência *de jure*. Com a boa relação com a China, Taiwan gozou de uma maior autonomia, além da manutenção recíproca do *status quo* em relação aos reconhecimentos diplomáticos das duas partes (ALEMÁN, 2016, p.130-131).

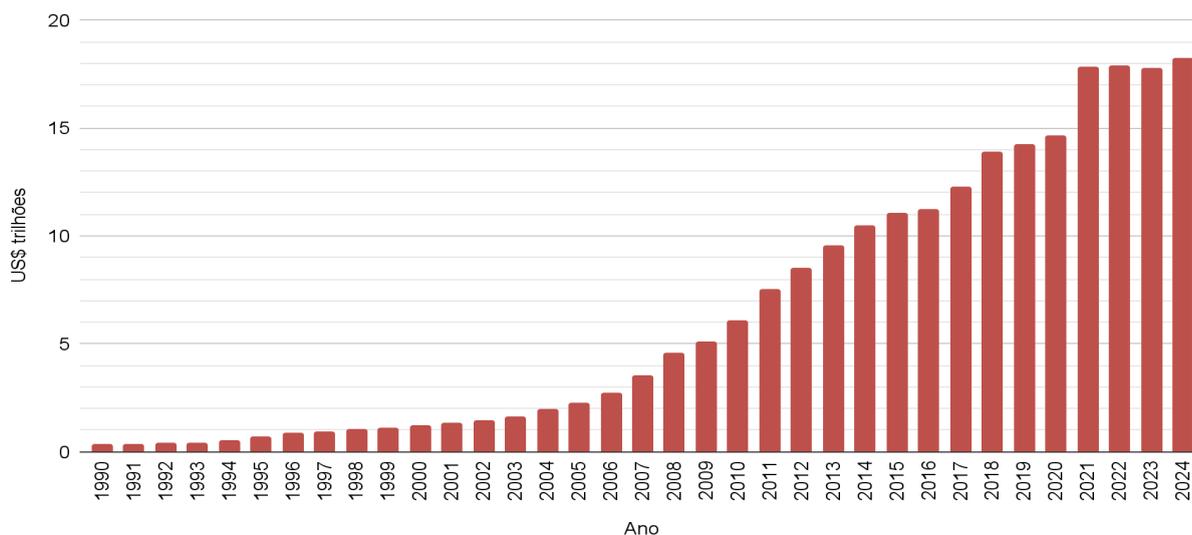
Por mais que o período de trégua diplomática tenha sido um acordo tácito e informal, ele foi amplamente respeitado por Pequim. Entre 2008 e 2016, alguns governos centro-americanos tentaram estabelecer um diálogo com a China para dar início às relações diplomáticas, mas não obtiveram êxito justamente por conta da *détente*. Esse foi o caso do

então presidente panamenho Ricardo Martinelli, em 2009, e do presidente Daniel Ortega, em 2008 (PORTADA et al., 2020, p.562; 565).

A trégua diplomática chegou ao fim com ascensão da presidenta taiwanesa Tsai Ing-wen (Partido Democrático Progressista, 2016-2024), que foi totalmente contrária a ideia da reunificação, chegando a acusar a China de tentar “apagar a soberania” da ilha¹⁵ e teve grande aproximação com os EUA, o que causou uma série de tensões no estreito. Com a postura do governo de Tsai Ing-wen, a China retomou os seus esforços a favor do reconhecimento e Taipei perdeu nove aliados diplomáticos somente durante a sua presidência, a maior parte deles na América Central (CAMPBELL e LAWRENCE, 2023, p.1-2).

Apesar dos benefícios atrelados à relação, ao reconhecer Taiwan, os países centro-americanos se encontravam diante de um dilema que com o passar do tempo ficou difícil de ignorar. À medida que a China acendia globalmente e apresentava um crescimento econômico extraordinário (Gráfico 1), não ter relações com Pequim se tornava uma estratégia muito custosa. Além disso, os intercâmbios econômicos deficitários com Taiwan sempre foram o calcanhar de aquiles do relacionamento com os países centro-americanos. No entanto, mesmo com problemas, as nações da América Central só rompem sua aliança de décadas com Taiwan quando se convencem de que reconhecer a China traria benefícios indiscutíveis e não hipotéticos para suas populações, cenário que só se instalou ao longo dos anos 2000 (PERALTA, 2006, p.176-178).

Gráfico 1 - Evolução do PIB da China (1990-2024)



Fonte: Banco Mundial, 2025b.

¹⁵ MAINLAND AFFAIRS COUNCIL. **Major Events across the Taiwan Strait**. Mainland Affairs Council, Republic of China (Taiwan), 2023. Disponível em: <https://www.mac.gov.tw/en/News_Content.aspx?n=1C6028CA080A27B3&sms=6F070A2443531120&s=009AC30F69AB6064>. Acesso em: 31 jan. 2025.

2.2 - *Adiós, Taipei. Hola, Pekín*: o estabelecimento de relações com a China como um movimento pragmático

Até 2007, ano em que a Costa Rica deixou de reconhecer Taiwan, a América Central era a única região em bloco do mundo que ainda mantinha relações diplomáticas com a ilha de Formosa. No entanto, os países centro-americanos colocaram a aliança com Taipei sob revisão, a partir do momento em que a China se tornou um ator internacional incontornável. A diplomacia econômica chinesa, principalmente com a sua promessa de realizar projetos de infraestrutura e abrir o seu gigante mercado para países aliados, tem um componente atrativo determinante. Quando os interesses chineses em estabelecer sua influência na América Central se encontram com uma abertura dos governos da região, o reconhecimento acontece.

A China possui três interesses principais na América Central: (1) político-diplomático, (2) geoestratégico e (3) econômico. O principal objetivo de Pequim na região é enfraquecer o apoio diplomático de Taiwan e consolidar o princípio de uma só China na política externa dos países da região. Junto com o desenvolvimento nacional, a unificação territorial é vista como uma das principais prioridades da política do Partido Comunista Chinês (PCCh) (SUTTER, 2016, p.33). Tendo em vista que a ilha é compreendida como uma província rebelde que é parte inalienável da China, a reincorporação do território seria mais facilitada se toda a comunidade internacional reconhecesse a RPC e Taipei não possuísse aliados diplomáticos. Por conta disso, Pequim investiu, e ainda investe, no estabelecimento de relações com os países centro-americanos.

Além de enfraquecer diplomaticamente Taiwan, a China também busca na América Central uma rota facilitada para o escoamento de seus produtos. A característica geoestratégica da região, por ser um ponto de ligação entre o oceano Atlântico e Pacífico, conforme observado no Capítulo 1, encontra-se com o desejo da China de acessar rotas marítimas críticas para o comércio internacional (BELLO, 2020, p.109). Apesar da crescente utilização do Canal do Panamá pela China, os EUA continuam a ser o principal usuário da via interoceânica. Segundo dados da Autoridade do Canal do Panamá, que realiza a gestão da hidrovia, os EUA foram responsáveis por 74,7% do fluxo de transporte em 2024, seguido pela China com apenas 21,4% (ACP, 2025).

Alguns autores argumentam que, como o território da América Central não é rico em matérias-primas buscadas pela China para impulsionar o seu desenvolvimento, como ocorre em países da América do Sul como o Brasil e Chile, esse seria um dos objetivos de Pequim na região (ALEMÁN, 2016; BEAULANDE, 2016). Esse argumento é sustentado pela comprovação de que o boom das commodities não beneficiou os países centro-americanos, na

verdade os produtos industrializados mais baratos da China geram uma competição com os produtos manufaturados das indústrias de pouco valor agregado da região (PORTADA et al., 2020, p.557). No entanto, as concessões de mineração da Nicarágua para empresas chinesas (LA PRENSA, 2024), por exemplo, e a importação de produtos provenientes da América Central como café, açúcar e minérios, por mais que não na mesma escala como em outros países latino-americanos, pode fazer com que esse argumento seja no mínimo relativizado (MELÉNDEZ, 2024, p.36-37).

Por outro lado, a China também vê a importância econômica da América Central como um mercado consumidor para os seus produtos e um local para a expansão de projetos de suas empresas de infraestrutura. O aumento da presença de bancos comerciais chineses, como o *Bank of China*, que possui uma filial no Panamá, e empresas de tecnologia como a Huawei também motivam a crescente aproximação da China com os países da região. Por mais que a China mantenha relações econômicas com os países que reconhecem Taiwan, o intercâmbio bilateral pode ser impulsionado com o estabelecimento de relações diplomáticas e a negociação de acordos de livre comércio (BELLO, 2020, p.116).

Os dois *policy papers* da China para a América Latina e o Caribe, um lançado em 2008¹⁶ e outro em 2016¹⁷, reconhecem como objetivos da diplomacia chinesa para a região a ampliação do respeito e da confiança mútua com base no princípio de uma só China; o aprofundamento dos laços de cooperação e diálogo em diversas áreas (comércio, educação, tecnologia, meio ambiente, turismo, segurança, cultura, esporte, investimento, infraestrutura, desenvolvimento social, governança internacional e etc) e o fortalecimento de intercâmbios para o progresso comum.

Por sua vez, a América Central busca, ao adotar o princípio de uma só China, diversificar suas parcerias, reduzir a dependência em relação aos EUA e utilizar as oportunidades oferecidas pelo relacionamento em prol do desenvolvimento de suas sociedades. Sendo assim, diferentes fatores motivam o estabelecimento de relações diplomáticas com a China, como: a ampliação dos fluxos comerciais; a atração de investimentos; a criação de projetos de infraestrutura vantajosos; a construção de projetos de cooperação que impulsionem o desenvolvimento nacional e o acesso mais facilitado à crédito, já que os bancos chineses não possuem as condicionalidades que são impostas pelo Banco

¹⁶ MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe**. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2008. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/esp/zxxx/200811/t20081105_738109.html>. Acesso em: 1 fev. 2025.

¹⁷ MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Documento sobre la Política de China Hacia América Latina y el Caribe**. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2016. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wjzc/201611/t20161124_895012.html>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Mundial ou do Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo. Todos os ganhos potenciais fazem com que a mudança da política externa em favor da China seja compreendida, sobretudo, como um movimento pragmático.

O primeiro país centro-americano a romper relações diplomáticas com Taiwan em favor da China foi a Costa Rica em 2007. Em uma coletiva de imprensa, o então presidente costarriquenho, Óscar Arias (2006-2010), defendeu a decisão como um “ato de realismo elementar”, que não foi motivado por uma “viragem ideológica, nem interesses geopolíticos ou econômicos”, mas que deve ser interpretado como “um despertar para o contexto global” (MURILLO, 2007). O processo de aproximação diplomática com Pequim começou de maneira discreta, assim como ocorrerá mais tarde com outros países da região. Após reuniões secretas entre o chanceleres da Costa Rica, Bruno Stagno Ugarte, e da China, Lee Zhaoxing, e rodadas de negociações, o estabelecimento formal das relações ocorreu em 1º de junho com a viagem dos Ministros das Relações Exteriores e das Finanças costarriquenses para o gigante asiático¹⁸.

Ao estabelecer relações com a China, a Costa Rica obteve uma série de benefícios imediatos. Segundo informações divulgadas posteriormente, Pequim prometeu doar US\$ 130 milhões em ajuda externa para o país centro-americano em troca do reconhecimento. A China também apoiou a candidatura da Costa Rica para o assento não-permanente do Conselho de Segurança da ONU durante o biênio de 2008-2009 (PERALTA, 2010, p.176-177). Com o estabelecimento de relações diplomáticas, os dois países começaram a negociar um acordo de livre comércio que foi assinado em 2011. As relações bilaterais ganharam impulso com uma série de visitas presidenciais recíprocas e a assinatura de diversos acordos bilaterais¹⁹. Além da realização de projetos de infraestrutura de estradas, aeroportos e parques tecnológicos na Costa Rica, a China também realizou uma doação milionária para a construção do Estádio Nacional entregue em 2011 (LA REPÚBLICA, 2022).

As relações sino-costarriquenhas iniciaram com bons resultados, principalmente na área econômica. No entanto, os anos posteriores ao estabelecimento do tratado de livre comércio registraram uma retração das exportações costarriquenhas e aumento das importações vindas da China, por mais que 90% dos produtos da Costa Rica entrem no gigante asiático sem tarifas. Além disso, o entusiasmo inicial acerca dos projetos de

¹⁸ MREC. **Memoria Institucional 2007-2008**. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2008. Disponível em: <<https://www.rree.go.cr/?sec=transparencia&cat=informes&cont=1113>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

¹⁹ MREC. **Relación de Costa Rica con China: Tratados y Convenios**. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2025. Disponível em: <<https://www.rree.go.cr/?sec=exterior&cat=politica&cont=522&pais=CN>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

infraestrutura chineses foi trocado pelo ceticismo na opinião pública do país centro-americano, após denúncias de corrupção e suspeitas acerca da violação da soberania nacional, e passaram a ser lidos como “cavalos de troia” (PORTADA et al., 2020, p.560-561).

O segundo país a romper relações diplomáticas com Taiwan a favor da China foi o Panamá em 2017, logo após o fim da trégua diplomática entre Pequim e Taipei. O então presidente panamenho, Juan Carlos Varela (2014-2019), também qualificou a decisão de seu país de reconhecer a China como um ato de realismo, argumentando que o gigante asiático “representa 20% da população mundial e é a segunda maior economia do mundo”, além de ser “o segundo maior usuário do Canal do Panamá” e o “maior fornecedor de mercadorias para a Zona Franca de Colón” (LA PRENSA, 2017). Com a decisão, 48 memorandos de entendimentos e uma série de acordos bilaterais foram assinados. O Panamá se tornou o primeiro país da América Latina a aderir à *Belt and Road Initiative* (BRI)²⁰ e vários projetos de infraestrutura foram anunciados com a visita do presidente Xi Jinping ao Panamá em 2018. Apesar do impulso inicial, o ritmo da relação diminuiu após a eleição do sucessor de Varela, Laurentino Cortizo, em 2019, e o esperado acordo de livre comércio acabou não se concretizando (PORTADA et al., 2020, p.562-563).

Alguns meses após a mudança da política externa panamenha, foi a hora de El Salvador seguir o mesmo rumo e estabelecer relações diplomáticas com a China em 2018. Em cadeia nacional, o presidente salvadorenho na época, Salvador Sánchez Cerén (2014-2019), apontou que a decisão foi tomada após uma “análise cuidadosa” e “é um passo na direção certa”, que corresponde às “tendências inevitáveis de nosso tempo” (GOMEZ, 2018). A aproximação com Pequim desagradou os setores da oposição ao governo da FMLN, incluindo o presidente da Assembleia Nacional, que qualificou a medida como “polêmica e equivocada” (LÓPEZ, 2018).

Apesar da presença chinesa em El Salvador ter gerado uma extensa objeção interna, o presidente de extrema-direita, Nayib Bukele (2019-), não revisou a política quando assumiu o poder. No início, Bukele se mostrou cético quanto às relações com Pequim e chegou a acusar o gigante asiático de afundar países aliados em armadilhas da dívida. No entanto, ao realizar uma visita à China em seu primeiro ano de mandato, momento no qual firmou uma série de acordos sobre projetos de infraestrutura, Bukele abandonou suas críticas em relação ao país

²⁰ Com a *Belt and Road Initiative* (BRI), seu principal projeto de inserção internacional, a China busca ampliar a sua influência por meio de investimentos em infraestrutura e integração comercial, conectando Ásia, África e Europa. Nos últimos anos, a BRI tem se expandido para a América Latina e Caribe, com o objetivo de fortalecer os laços econômicos e facilitar o comércio regional, consolidando a presença chinesa e sua relevância na dinâmica geopolítica internacional (ABRÃO, 2023, p.2-4).

(PORTADA et al., 2020, p.563-565). A inauguração da moderna Biblioteca Nacional de El Salvador em novembro de 2023, construída a partir da doação de US\$ 54 milhões da China e fortemente capitaneada por Bukele²¹, mostra que as relações seguem fortes.

Em 2021, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega (1979-1990; 2006-), anunciou o restabelecimento de relações diplomáticas com a China²². No contexto do reconhecimento, o então ministro das Relações Exteriores nicaraguense, Denis Moncada (2017-2024), apontou que a decisão “marca um antes e um depois e tem repercussões de longo alcance”, bem como que seu país estava pronto para “acelerar a implantação da cooperação em todas as áreas”, a fim de “promover o entendimento mútuo e o bem-estar dos povos” (FMPRC, 2021). Por mais que o governo sandinista não tenha logrado construir o tão desejado Canal da Nicarágua com investimento chinês, uma via interoceânica que seria alternativa ao Canal do Panamá, os dois países estabeleceram uma série de projetos de cooperação e conseguiram assinar, em 2023, um tratado de livre comércio, o segundo país da América Central, depois da Costa Rica, a estabelecer tal acordo (MOFCOM, 2023).

O último país da América Central a estabelecer relações diplomáticas com a China foi Honduras em março de 2023. A aproximação com Pequim não aconteceu fora dos holofotes do público, como nos outros casos. Em janeiro daquele ano, o chanceler de Honduras, Enrique Reina, e o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, reuniram-se em Brasília à margem da posse do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Poucos dias antes do rompimento com Taiwan, a presidenta hondurenha, Xiomara Castro (2022-) havia anunciado em suas redes sociais que instruiu Reina a realizar gestões para “a abertura de relações oficiais com a República Popular da China” (EFE, 2023). Assim como seus vizinhos, as autoridades hondurenhas defenderam o movimento como pragmático e não ideológico. Conforme afirmou o chanceler hondurenho, em uma entrevista, a China pode ser um “problema para os interesses políticos dos EUA, mas para nós é principalmente uma oportunidade para buscar outras alternativas para cooperação” (DE YOUNG, 2023).

Em junho de 2023, a mandatária hondurenha realizou uma visita de seis dias à China, ocasião em que foi recebida por seu homólogo, Xi Jinping, e estabeleceu mais de 17 acordos

²¹ MINISTERIO DE CULTURA. **Presidente Bukele inauguró la nueva BINAES**. Ministerio de Cultura de El Salvador, 2023. Disponível em: <<https://www.cultura.gob.sv/presidente-bukele-inauguro-la-nueva-binaes/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

²² Em 1985, no contexto da Revolução Sandinista, Ortega havia deixado de reconhecer Taiwan em favor da República Popular da China. Naquele momento, o reconhecimento ocorreu tanto pela oferta chinesa de ajuda econômica quanto pelo suporte ideológico e eventual venda de armas. Com a eleição de Violeta Chamorro em 1990, a Nicarágua voltou a reconhecer Taiwan como o representante legítimo de toda a China (ALEMÁN, 2016, p.137).

bilaterais²³. Além de aderir à *Belt and Road Initiative*, Xiomara Castro também visitou o centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa de tecnologia chinesa Huawei e reuniu-se com a presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, Dilma Rousseff, a quem solicitou formalmente a adesão de Honduras à instituição financeira²⁴. Na área comercial, ainda em 2023, China e Honduras começaram a realizar rodadas de negociação para o estabelecimento de um tratado de livre comércio entre os dois países²⁵. O principal projeto de infraestrutura que o governo hondurenho busca o apoio do investimento chinês é a construção de uma ferrovia interoceânica que atravessaria todo país centro-americano e permitiria o transporte de mercadorias entre o oceano Atlântico e Pacífico, projeto que já foi apresentado a outros países como os EUA, Itália, Espanha, Japão, Coreia do Sul e Qatar (MELARA, 2024).

No momento do anúncio do rompimento das relações diplomáticas dos países centro-americanos com Taiwan, a ilha de Formosa não adotou um baixo perfil e chegou a acusar os países com quem tinha décadas de amizade de tentarem impor condições para a manutenção da amizade. No caso de Honduras, por exemplo, o ministro das Relações Exteriores de Taiwan na época, Joseph Wu, disse que o governo hondurenho havia solicitado bilhões de dólares em assistência econômica para manter as relações diplomáticas (TZU-HSUAN, 2023). Além de alertar para o erro que é estabelecer laços com Pequim, Taiwan corta de maneira imediata os programas de cooperação com os países que deixam de o reconhecer, o que gera problemas imediatos para estudantes centro-americanos que estejam na ilha (RODRÍGUEZ, 2023). Apesar das medidas no campo da cooperação, Taipei mantém os fluxos de comércio com os países que não possuem mais relações diplomáticas.

De maneira geral, a China tem obtido sucesso em expandir a sua influência pela América Central (Quadro 2). Apenas dois países, Belize e Guatemala, ainda não têm relações com Pequim. Além de estabelecer acordos de livre comércio com a Costa Rica (2011) e Nicarágua (2024), a China também conseguiu fazer com que todos os países da região que a reconhecem assinassem o memorando de entendimento da *Belt and Road Initiative*. A aproximação da maioria dos países da região com Pequim também fez com que a China

²³ SRECI. **Convenios entre Honduras y la Republica Popular China**. Secretaría de Relaciones Exteriores y Cooperación Internacional de Honduras, 2023. Disponível em: <<https://sreci.gob.hn/convenios-honduras-china>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

²⁴ HONDURAS, Presidencia de. **Nota de prensa: En el marco de su visita oficial a China la presidenta Castro visita el Banco de Desarrollo del BRICS y el Instituto de Investigación Huawei**. Presidencia de Honduras, 2023. Disponível em: <<https://www.presidencia.gob.hn/comunicadoscp.php#comunicados73>> Acesso em: 10 jan. 2025.

²⁵ SDE. **Comunicado: El Gobierno de Honduras y la República Popular China, instalan primera Reunión de Negociación del Tratado de Libre Comercio**. Secretaría de Desarrollo Económico, 2023. Disponível em: <<https://sde.gob.hn/2023/08/08/lanzamiento-de-las-negociaciones-del-tratado-de-libre-comercio-entre-china-y-honduras-2-2-3/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

substituiu Taiwan como membro observador em instâncias centro-americanas, como ocorreu com o Parlamento Centro-Americano em 2023²⁶. Além disso, o estabelecimento do Fórum CELAC-China, em 2014, proporcionou um espaço institucionalizado para impulsionar as relações de Pequim com a América Latina e Caribe de maneira geral, ao proporcionar uma série de encontros ministeriais entre as duas partes (2015, 2018 e 2021) e a formulação de planos de cooperação abrangentes²⁷.

Quadro 2 - Relação dos países da América Central com a China

País	Estabelecimento de relações diplomáticas	Tratado de Livre Comércio	Adesão à <i>Belt and Road Initiative</i>
Belize	-	-	-
Costa Rica	1 de junho de 2007, Oscar Arias (2006-2010)	Vigente desde 1 de agosto de 2011	1 de setembro de 2018
El Salvador	21 de agosto de 2018, Salvador Sánchez (2014-2019)	Negociações iniciadas em novembro de 2022	1 de novembro de 2018
Guatemala	-	-	-
Honduras	26 de março de 2023, Xiomara Castro (2022-presente)	Negociações iniciadas em maio de 2023	18 de outubro de 2023
Nicarágua	10 de dezembro de 2021, Daniel Ortega (2007-presente)	Vigente desde 1 de janeiro de 2024	6 de janeiro de 2022
Panamá	13 de junho de 2017, Juan Carlos Varela (2014-2019)	Negociações iniciadas em 2018 e suspensas em 2019	1 de junho de 2017 ¹

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações de Meléndez (2024) e Nedopil (2023).

1. O atual presidente do Panamá, José Raúl Mulino, anunciou, em fevereiro de 2025, que seu país não irá renovar o memorando de entendimento da *Belt and Road* e, dessa forma, deixará a iniciativa.

Para os países que possuem relações com Pequim a mais tempo, como Costa Rica e Panamá, é possível identificar um padrão de otimismo inicial seguido de um distanciamento. A oposição interna de alguns setores da sociedade à aproximação com a China, somada a expectativas não correspondidas relacionadas ao desenvolvimento de projetos de

²⁶ PARLACEN. **Firma del Convenio de Incorporación de la República Popular China como Observador ante el PARLACEN**. Parlamento Centroamericano, 2023. Disponível em: <<https://parlacen.int/noticias/0RGU4xdUs4f6le5lgwmf>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

²⁷ CHINA-CELAC FORUM. **Important documents**. China-CELAC Forum. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

infraestrutura, também afetam o relacionamento sino-centroamericano. Por outro lado, a forte oposição dos EUA, que tenta moldar e até mesmo conter a presença chinesa na América Central, algo que será visto com detalhes no Capítulo 3, é outro fator que gera impacto nas relações chinesas com os países da região (PORTADA et al., 2020, p.556-558).

2.3 - *Aún de espaldas al dragón*: a relação de Taiwan com Guatemala e Belize e perspectivas para o reconhecimento da República Popular da China

Somente dois países da América Central ainda mantêm relações com Taiwan: Belize e Guatemala. No caso da Guatemala, o país centro-americano busca aprofundar seus laços econômicos com a República Popular da China ao mesmo tempo em que mantém relações diplomáticas com Taipei, algo que tem se mostrado muito difícil. Por sua vez, Belize possui uma aliança fiel com a ilha de Formosa e não apresenta sinais claros de colocar a relação em revisão em favor da China em um futuro próximo.

Belize é um caso *sui generis* dentro da América Central, muito devido à colonização britânica e à recém independência (1981), bem como por fazer parte ao mesmo tempo de organismos regionais centro-americanos, como o SICA, e caribenhos, como a Comunidade do Caribe (CARICOM)²⁸. Trata-se do segundo menor país da região (22.970 km²), atrás apenas de El Salvador, e o de menor população (411.106 habitantes). As relações com Taiwan, iniciadas em 1989, ainda se mantêm fortes por conta do suporte financeiro e técnico oferecido por Taipei em anos recentes, seja durante a pandemia de coronavírus, com a doação de recursos para a compra de equipamentos médicos e testes²⁹, ou pela execução de diferentes projetos de cooperação em áreas como saúde, educação, agricultura e meio ambiente com a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral 2021-2025³⁰ (GULYÁS, 2022, p.127-128).

A relação entre Taiwan e Belize também foi marcada, em anos recentes, por visitas recíprocas de alto nível, com destaque para a visita de Estado da presidenta taiwanesa Tsai

²⁸ WORLD BANK. **Belize Overview**. World Bank, 2022. Disponível em:

<<https://www.worldbank.org/en/country/belize/overview>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

²⁹ GOVERNMENT OF BELIZE. **Taiwan Contributes BZ\$2 Million to Fight COVID-19 in Belize**.

Government of Belize, 2020. Disponível em:

<<https://www.pressoffice.gov.bz/taiwan-contributes-bz2-million-to-fight-covid-19-in-belize/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

³⁰ GOVERNMENT OF BELIZE. **Press Release: Belize and Taiwan Sign 2021-2025 MOU on Bilateral Cooperation**. Government of Belize, 2021. Disponível em:

<<https://www.pressoffice.gov.bz/wp-content/uploads/2019/12/Mar-10-Belize-and-Taiwan-Sign-2021-2025-MOU-on-Bilateral-Cooperation.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Ing-wen a Belize em abril de 2023³¹, para a participação do primeiro-ministro John Briceño na cerimônia de posse do presidente Lai Ching-te em maio de 2024³² e para a visita do chanceler de Taiwan Lin Chia-Lung para Belize em outubro de 2024³³. Além disso, o país centro-americano ainda mantém seu suporte firme à autodeterminação de Taiwan. De acordo com o chanceler belizenho, Francis William Fonseca, durante a comemoração de 35 anos de relações diplomáticas no ano passado, “Taiwan deve ser uma nação respeitada” e assim como Belize é “um país comprometido com a democracia” e “com o Estado de Direito” (PULIDO, 2024).

No que se refere ao comércio, Taiwan e Belize possuem uma corrente bilateral que atingiu US\$ 9,12 milhões em 2024. Neste ano, Belize teve um déficit comercial no valor de US\$ 3,63 milhões, apesar da assinatura do Acordo de Cooperação Econômica com Taiwan em 2020. O tratado, que prevê o tratamento preferencial para os principais produtos agrícolas e pesqueiros de Belize, tem como objetivo expandir as exportações do país centro-americano para a ilha³⁴. Apesar das exportações de Belize terem crescido desde 2022, a relação comercial com Taiwan ainda é marcada por desequilíbrios (Tabela 5).

Tabela 5 - Comércio Belize-Taiwan (US\$ milhões)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Corrente	5,890	13,108	7,672	8,082	8,640	7,505	6,765	11,922	11,819	9,915	9,128
Exportações	1,449	0,632	1,756	1,913	1,674	1,381	0,669	0,778	3,244	2,446	2,748
Importações	4,441	12,476	5,916	6,169	6,966	6,124	6,096	11,144	8,575	7,469	6,380
Saldo	-2,992	-11,844	-4,160	-4,256	-5,292	-4,743	-5,427	-10,366	-5,331	-5,023	-3,632

Fonte: Ministry of Finance Republic of China (Taiwan), 2025.

³¹ OFFICE OF THE PRESIDENT OF TAIWAN. **President Tsai addresses National Assembly of Belize and receives copy of assembly’s resolution to support Taiwan**. Office of the President Republic of China (Taiwan), 2023. Disponível em: <<https://english.president.gov.tw/News/6482>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

³² OFFICE OF THE PRESIDENT OF TAIWAN. **President Lai meets Belize Prime Minister John Briceño**. Office of the President Republic of China (Taiwan), 2024. Disponível em: <<https://english.president.gov.tw/News/6740>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

³³ EMBASSY OF TAIWAN IN BELIZE. **Taiwan Foreign Minister led a delegation to visit Belize in celebration of 35 years of diplomatic relations between the two nations**. Embassy of the Republic of China (Taiwan) in Belize, 2024. Disponível em: <https://www.taiwanembassy.org/bz_en/post/8020.html>. Acesso em: 1 fev. 2025.

³⁴ DIRECTORATE GENERAL FOR FOREIGN TRADE BELIZE. **Belize-Republic of China (Taiwan) Economic Cooperation Agreement (ECA)**. Directorate General for Foreign Trade Belize, 2021. Disponível em: <<https://www.dgft.gov.bz/belize-republic-of-china-taiwan-economic-cooperation-agreement-eca/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Por mais que Belize não possua relações diplomáticas com a China, os dois países mantêm laços econômicos expressivos. Em 2023, o comércio bilateral foi de US\$ 229,7 milhões, um intercâmbio muito superior ao que o país centro-americano teve com Taiwan. No entanto, a balança comercial com a RPC é muito mais deficitária do que com Taipei e tem sido marcada pela redução das exportações de Belize e aumento das importações provenientes da China. O país centro-americano já chegou a exportar para a potência asiática US\$ 14,4 milhões em 2013, um valor muito superior ao registrado em 2023, de apenas US\$ 207 mil (Tabela 6). A partir disso, é possível observar que do ponto de vista comercial a China tem sido mais importante para Belize como um fornecedor do que como um comprador.

Tabela 6 - Comércio Belize-China (US\$ milhões)

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corrente	119,4	112,3	104,4	112,9	104,6	116,1	134,7	113,5	169,1	242,6	229,7
Exportações	14,54	5,68	3,53	1,30	1,91	1,08	0,648	0,448	0,401	0,452	0,207
Importações	104,9	106,6	100,8	111,6	102,7	115,0	134,1	113,1	168,7	242,2	229,5
Saldo	-90,3	-100,9	-97,3	-110,4	-100,8	-113,9	-133,4	-112,7	-168,3	-241,7	-229,3

Fonte: UN Comtrade Database, 2025a.

Já a Guatemala é considerada a joia da coroa de Taiwan, por ser o país mais rico (PIB de US\$ 104,4 bilhões em 2023) e o mais populoso (18,1 milhões de habitantes) que mantém relações diplomáticas com a ilha³⁵. Além disso, os laços de Taiwan com a Guatemala, primeiro país da América Central a estabelecer relações com ilha em 1933, são fortalecidos em diferentes áreas como a assistência para o desenvolvimento com foco em tecnologia e agricultura; a melhoria da infraestrutura do país centro-americano; a cooperação na área da saúde, incluindo doações para a construção de hospitais e o fornecimento de bolsas de estudo e intercâmbio cultural (SALMENJAAKKO, 2023, p.29-30). O Acordo de Cooperação Básica entre Taiwan e Guatemala³⁶, assinado em 2023, é um marco importante na relação e busca impulsionar ainda mais os projetos comuns.

³⁵Sob esses parâmetros, a Guatemala é seguida pelo Paraguai, que obteve um PIB de US\$ 42,9 bilhões em 2023 e possui uma população de 6,8 milhões de habitantes. O Paraguai só supera o país centro-americano em extensão territorial, já que possui 406,752 km² enquanto a Guatemala tem 108,890 km² (BANCO MUNDIAL, 2025c).

³⁶SEGEPLAN. **Guatemala y República China (Taiwán) firman acuerdo básico de cooperación para agilizar las donaciones**. Secretaria General de Planificación y Programación, 2023. Disponível em: <<https://portal.segeplan.gov.gt/segeplan/?p=8335>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Assim como no caso de Belize, a relação bilateral é fortemente marcada pelos frequentes encontros de alto nível, com destaque para a visita da presidenta Tsai Ing-wen para o país centro-americano em março de 2023³⁷, para viagem do presidente guatemalteco, Alejandro Giammattei, para a ilha em abril de 2023³⁸, para o comparecimento do chanceler da Guatemala, Carlos Ramiro Martínez, na cerimônia de posse do presidente Lai Ching-te em maio de 2024³⁹ e para a visita do chanceler taiwanês, Lin Chia-lung, para a Guatemala em outubro de 2024⁴⁰.

A manutenção das relações diplomáticas com Taiwan é muitas vezes justificada por autoridades guatemaltecas pela existência de valores comuns como democracia e liberdade. Diante da amizade de longa data baseada na cordialidade, fraternidade e cooperação, a Guatemala possui uma posição firme na defesa da soberania de Taiwan no plano internacional fundamentada em uma série de princípios do direito internacional como a autodeterminação dos povos, a integridade territorial, a solução pacífica de controvérsias e a rejeição do uso da força (SALMENJAAKKO, 2023, p.32-34).

No entanto, a relação da Guatemala com Taiwan já foi alvo de alguns escândalos por conta de denúncias de que a ilha transferiu dinheiro para contas anônimas de diferentes líderes políticos do país centro-americano com o objetivo de comprar o seu suporte para a manutenção do relacionamento bilateral. O mais famoso desses casos é o do ex-presidente Alfonso Portillo (2000-2004) que admitiu, em uma corte federal dos EUA, em 2014, ter recebido subornos no valor de US\$ 2,5 milhões de Taiwan entre 1999 e 2002 em troca da conservação do reconhecimento diplomático (GULYÁS, 2022, p.126). Nesse contexto, o ex-mandatário foi condenado a 70 meses de prisão nos EUA⁴¹, por ter lavado o dinheiro recebido em contas bancárias localizadas no país norte-americano.

³⁷ OFFICE OF THE PRESIDENT OF TAIWAN. **President Tsai arrives in Guatemala on diplomatic visit and attends welcoming reception.** Office of the President Republic of China (Taiwan), 2023. Disponível em: <<https://english.president.gov.tw/News/6474>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

³⁸ OFFICE OF THE PRESIDENT OF TAIWAN. **President Tsai welcomes President Alejandro Giammattei of Republic of Guatemala to Taiwan.** Office of the President Republic of China (Taiwan), 2023. Disponível em: <<https://english.president.gov.tw/NEWS/6499>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

³⁹ MINEX. **Ministerio de Relaciones Exteriores concluye gira diplomática en la República de China (Taiwán).** Ministerio de Relaciones Exteriores de Guatemala, 2024. Disponível em: <<https://www.minex.gob.gt/noticias/Noticia.aspx?id=32296>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

⁴⁰ MINEX. **Delegación taiwanesa encabezada por el Canciller Lin Chia-lung se reunirá con autoridades guatemaltecas.** Ministerio de Relaciones Exteriores de Guatemala, 2024. Disponível em: <<https://www.minex.gob.gt/noticias/Noticia.aspx?ID=32510>>. Acesso em: 1 fev. 2025

⁴¹ DEPARTMENT OF JUSTICE. **Former President Of Guatemala, Alfonso Portillo, Sentenced In Manhattan Federal Court For Laundering Millions Of Dollars Through United States Banks.** United States Attorney's Office. Disponível em: <<https://www.justice.gov/usao-sdny/pr/former-president-guatemala-alfonso-portillo-sentenced-manhattan-federal-court>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Os fluxos comerciais entre Guatemala e Taiwan foram impulsionados pela entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio em 2006, que tem por objetivo promover a diversificação do intercâmbio bilateral ao remover as barreiras ao comércio. Apesar dos esforços para melhorar o acesso dos produtos guatemaltecos ao mercado de Taiwan, a balança comercial ainda tem sido desequilibrada para a Guatemala. Em 2024, a corrente comercial foi de US\$ 297,8 milhões e registrou um déficit comercial de US\$ 42,9 milhões para o país centro-americano, tendência que se manteve ao longo da última década (Tabela 7).

Tabela 7 - Comércio Guatemala-Taiwan (US\$ milhões)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Corrente	113,26	126,62	148,28	222,94	112,0	137,38	158,34	182,68	289,8	293,1	297,88
Exportações	56,63	63,31	74,14	111,47	56,0	68,69	79,17	91,34	144,9	146,55	148,94
Importações	109,48	179,91	111,27	118,41	129,2	139,96	112,41	203,16	267,2	232,51	191,89
Saldo	-52,85	-116,6	-37,13	-6,94	-73,2	-71,27	-33,24	-111,82	-122,3	-85,96	-42,95

Fonte: Ministry of Finance Republic of China (Taiwan), 2025.

Apesar de sinalizar que irá manter relações diplomáticas plenas com Taiwan, o presidente da Guatemala, Bernardo Arévalo (2024-), tem defendido, desde sua campanha eleitoral, em 2023, uma maior aproximação comercial com a China continental, com o objetivo de fomentar as exportações do país centro-americano. Na época, Arévalo defendia que não era necessário fazer uma escolha entre China e Taiwan e que seu governo iria trabalhar em ambos os sentidos (EFE, 2024). Cabe destacar que a China já é o segundo maior parceiro comercial da Guatemala, atrás apenas dos EUA, e a corrente bilateral tem crescido ao longo dos últimos anos (Tabela 8).

Tabela 8 - Comércio Guatemala-China (US\$ bilhões)

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corrente	1.606	1.839	2.075	1.922	2.031	2.201	2.418	2.479	4.477	6.278	5.669
Exportações	167,22	42,60	207,19	75,51	60,91	43,28	190,51	227,75	329,47	427,06	79,44
Importações	1.439	1.797	1.868	1.847	1.970	2.157	2.227	2.252	4.147	5.851	5.590
Saldo	-1.271	-1.754	-1.661	-1.771	-1.909	-2.114	-2.037	-2.024	-3.818	-5.424	-5.510

Fonte: UN Comtrade Database, 2025b.

Apesar das sinalizações de Arévalo, a China tem reiterado em diversas oportunidades que só irá aprofundar os laços com a Guatemala se o país adotar o princípio de “uma só China” e romper relações diplomáticas com Taiwan. Nesse sentido, Wang Wenbin, porta-voz da chancelaria chinesa, apontou, logo após a vitória de Arévalo, que esperava que o novo governo da Guatemala tomasse “a decisão certa, de acordo com os interesses fundamentais e de longo prazo de seu país e de seu povo”, destacando que o estabelecimento de laços diplomáticos com a China é “tendência da história e de nossos tempos”. Wenbin também afirmou que “vários setores da Guatemala expressaram” a “sua esperança de que a Guatemala estabeleça laços diplomáticos com a China em breve”⁴².

De fato, diante da crescente presença chinesa no âmbito comercial, alguns setores da sociedade guatemalteca têm exercido pressão para que o governo se aproxime de Pequim (ELLIS, 2024). No entanto, uma outra parte, em especial as elites políticas, não vê com bons olhos esse movimento. Menos de um mês depois do início do governo de Bernardo Arévalo, o Congresso aprovou uma resolução que exortava o presidente a “preservar e promover” as relações com Taiwan (GARCÍA e MONTENEGRO, 2024). Quando o atual ministro das Relações Exteriores, Carlos Ramiro Martínez, expressou em uma entrevista que o governo tinha o desejo de estabelecer um escritório comercial na China, para melhor posicionar os produtos guatemaltecos no gigante asiático, uma polêmica foi criada e a chancelaria teve que vir a público para esclarecer que a Guatemala manteria suas relações com Taiwan (MORALES, 2024).

As relações comerciais com a Guatemala com a China passaram por uma crise em maio de 2024 depois que o ministro Carlos Ramiro Martínez compareceu a posse do presidente Lai Ching-te em Taiwan e o presidente Bernardo Arévalo manteve uma video-chamada com o novo mandatário da ilha⁴³. Poucos dias depois, o diretor geral da Associação Guatemalteca de Exportações (Agexport), Amador Carballido, informou que contêineres de café e macadâmia da Guatemala estavam retidos em portos chineses e impedidos de ingressar no país (BOLAÑOS, 2024). Quando questionado sobre o ocorrido, o mesmo porta-voz da chancelaria da China apontou que as aproximações da Guatemala com o governo de Lai Ching-te “não favorecem a cooperação entre a Guatemala e a China, incluindo

⁴² MFA. **Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin’s Regular Press Conference on August 21, 2023.** Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/fyrbt/lxjzh/202405/t20240530_11347580.html>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁴³ EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DE CHINA (TAIWÁN) EN GUATEMALA. **El presidente Lai Ching-te se reunió virtualmente con el presidente Bernardo Arévalo.** Embajada de la República de China (Taiwán) en Guatemala, 2024. Disponível em: <https://www.taiwanembassy.org/gt_es/post/21410.html>. Acesso em: 3 fev. 2025.

a exportação da Guatemala para a China”⁴⁴. Diante da preocupação dos empresários guatemaltecos, o Ministério da Economia da Guatemala solicitou uma reunião “informal” com autoridades chinesas na Organização Mundial do Comércio (OMC) para resolver o impasse. Após um longo processo de negociação, as exportações guatemaltecas para a China foram normalizadas em agosto de 2024 (RAMIREZ, 2024).

Diante disso tudo, resta saber se a amizade de mais de 90 anos com Taiwan resistirá à atratividade da China ou se a Guatemala irá estabelecer relações com a segunda maior potência do mundo. É necessário ter em mente que o país centro-americano ainda se recupera da crise política instalada em 2023, que quase impediu que Arévalo tomasse posse. A democracia da Guatemala foi testada e resistiu com o apoio da sociedade guatemalteca e da comunidade internacional (PERELLO, 2024; DELCID, 2024). A governabilidade de Arévalo, que ainda é afetada por rugas com o judiciário local, resistiria a uma decisão de política externa que não é um consenso dentro do país? Além disso, deixar a aliança com Taiwan no momento em que os EUA restringe ainda mais a sua tolerância e toma medidas concretas contra a presença da China na América Central pode ser um movimento potencialmente ainda mais perigoso.

⁴⁴ MFA. **Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin’s Regular Press Conference on May 24, 2024.** Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/fyrbt/lxjzh/202405/t20240530_11347763.html>. Acesso em: 3 fev. 2025.

Capítulo 3 - Gigantes em disputa: o avanço da China na América Central e a resposta dos EUA como um capítulo da rivalidade entre as duas potências

Neste capítulo analisamos a disputa entre China e EUA na América Central. Para isso, o texto foi dividido em três partes: (1) a localização do embate entre as duas potências dentro de um espectro mais amplo do aumento da competição geopolítica entre Pequim e Washington a nível global; (2) a compreensão de como os EUA observam o aumento da presença da China na América Central, uma região importante do ponto de vista securitário e (3) a exposição das três estratégias utilizadas pelos estadunidenses frente a crescente influência da China na região (diálogo, competição e contenção).

3.1 - A disputa pela América Central dentro do embate entre China e EUA no plano global

O inimigo ideal para os Estados Unidos seria ideologicamente hostil, racial e culturalmente diferente, e militarmente forte o suficiente para representar uma ameaça crível à segurança americana.

(HUNTINGTON apud JISI, 2011, tradução nossa).

A relação entre China e Estados Unidos pode ser caracterizada, atualmente, como a relação bilateral mais importante e mais complexa do sistema internacional. Trata-se das duas maiores economias do mundo e dos países que exercem mais influência sobre os assuntos internacionais do que qualquer outra nação. Apesar da interdependência, a relação sino-americana tem sido caracterizada pelo aumento da concorrência, a redução da cooperação e a desconfiança mútua crescente. O diálogo entre os países tem se tornado menos frequente, enquanto o distanciamento e a instabilidade parecem ditar a relação (SHAMBAUGH, 2013, p.59-60).

Os EUA veem a China como um competidor estratégico com ambições revisionistas. A potência asiática impõe hoje um desafio diferente de qualquer outro país que tenha sido adversário dos EUA. No campo econômico, a China alcançou 62% do PIB estadunidense em 2024⁴⁵ e tem investido substancialmente no desenvolvimento tecnológico, com destaque para a iniciativa *Made in China 2025*, com a qual Pequim busca desenvolver suas capacidades e se tornar líder em setores estratégicos como inteligência artificial e semicondutores, apesar de tentativas de contenção por parte dos EUA com a imposição de tarifas (Guerra Comercial) e restrições de pesquisa entre universidades chinesas e estadunidenses. No aspecto militar, a

⁴⁵ No último ano, a China obteve um PIB de US\$ 18,2 trilhões. Já os EUA registrou US\$ 29,1 trilhões (FMI, 2025)

China tem aumentado continuamente seu orçamento de defesa com o objetivo de ampliar o seu poderio, seja ele naval ou nuclear (CHIVVIS, 2024, p.12-15).

A ascensão global da China e a expansão de sua presença por todos os continentes contribui para a redefinição do relacionamento com os EUA. Segundo Rush Doshi, a política externa chinesa foi moldada diante de suas percepções acerca do cenário internacional e pode ser dividida em três fases: (1) o enfraquecimento da influência americana (1989-2008), período no qual o país adotou um baixo perfil e fortaleceu suas capacidades internas, enquanto restringia discretamente o poder dos EUA sobre sua nação e o continente asiático; (2) a construção de capacidades e a busca pela liderança regional (2009-2016), impulsionada pela crise financeira de 2008, que revelou vulnerabilidades no sistema financeiro estadunidense e estimulou uma postura mais assertiva para consolidar sua liderança na Ásia; e (3) a expansão da presença global (2017-), quando a aparente autodestruição do Ocidente, evidenciada pela eleição de Donald Trump, problemas com a integração europeia com o *Brexit* e a má gestão da pandemia de COVID-19, incentivou a China a intensificar seus esforços para influenciar as estruturas de governança global (DOSHI, 2021, p. 16-20).

A maior assertividade da China, principalmente com a ascensão de Xi Jinping (2013-), deve-se, em boa medida, ao sucesso do plano de modernização, evidenciada pelo crescimento sustentado do país, e pelo entendimento de que o aumento do poder e prestígio internacionais são uma extensão do avanço econômico e tecnológico que a nação busca continuar a desenvolver. A geração atual de líderes chineses, a primeira que nasceu após a fundação da RPC, também possui um maior senso de responsabilidade global. Se antes a China adotava uma postura mais contida e não queria assumir os custos de ser uma grande potência, agora o país participa ativamente de instâncias internacionais e até mesmo fornece bens públicos globais, como o caso da infraestrutura com a *Belt and Road Initiative*. Diante desse cenário, Pequim ganha mais confiança para participar dos assuntos internacionais e tentar moldar a ordem mundial (regras, normas, instituições etc) construída pelos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial (YIZHOU, 2014).

Com essas movimentações, a China e os EUA passam a se enfrentar em todas as partes do planeta, desde a Ásia, África e Oriente Médio até a América Latina e Caribe. A falta de uma ação coordenada e conjunta dos dois países afasta qualquer noção operacional de uma liderança compartilhada ou um G2. No entanto, a busca por influência em outras regiões nem sempre beneficia os países palco da disputa, que são colocados diante de cenários difíceis, em que se aproximar de uma das nações é um movimento delicado que pode gerar reações imprevisíveis. As duas potências se colocam em lados opostos, o que revela uma rivalidade

crescente e o uso de estratégias de competição e contenção em reação às ações do outro lado (SHAMBAUGH, 2013, p.61-63).

É nesse contexto amplo que o aumento da influência chinesa nos países centro-americanos se insere e gera preocupações por parte dos EUA. A disputa na América Central ganha, no entanto, um contorno diferente, devido à importância geoestratégica da região para os EUA, que não aceita a existência de competidores que possam ameaçar o seu domínio absoluto. A proximidade geográfica faz com que Washington encare com preocupação o aumento da presença chinesa na América Central, tradicionalmente considerada parte da esfera de influência americana. Dado que a estabilidade regional é intrinsecamente associada à ideia de segurança interna dos EUA e que as ações chinesas são interpretadas como desestabilizadoras, surge, do ponto de vista estadunidense, a necessidade de adotar medidas que façam frente à crescente presença de Pequim na região.

3.2 - Do romper das sirenes à ameaças de invasão: como a presença da China na América Central é interpretada pelos EUA

Durante os governos Bush e Obama, os EUA demonstraram certa preocupação com a crescente influência da China na América Latina e Caribe, mas, de modo geral, avaliavam esse envolvimento de maneira positiva, pois poderia impulsionar o crescimento econômico da região. O foco principal de Washington, nesse contexto, era assegurar que a atuação chinesa ocorresse de maneira transparente, em conformidade com as regras internacionais e respeitando as legislações trabalhistas e ambientais locais (SULLIVAN e LUM, 2018, p.2).

No caso específico da América Central, as inquietações dos EUA aumentaram significativamente a partir do primeiro mandato de Trump, que via com desconfiança as movimentações de Pequim na região. Antes de 2017, a China mantinha relações diplomáticas apenas com a Costa Rica, que deixou de reconhecer Taiwan em 2007. Conforme visto no capítulo 2, houve um período de trégua diplomática entre China e Taiwan entre 2007-2016, momento em que o status quo dos reconhecimentos foi mantido devido a um esforço de aproximação entre Pequim e Taipei (ALEMÁN, 2016, p.130-131). Essa estabilidade fez com que os EUA não tivessem que tomar ações mais incisivas contra o aumento da presença chinesa na América Central.

Contudo, com a chegada de Trump ao poder, a percepção mudou drasticamente. A China passou a ser vista como uma potência extrarregional hostil, cuja atuação ameaçava

desestabilizar o continente americano. O discurso oficial do governo estadunidense⁴⁶ apontava para uma série de riscos relacionados a influência da China, tais como: (1) a exploração de "governos frágeis" com acordos econômicos predatórios, que mergulham os países em armadilhas da dívida; (2) a erosão da institucionalidade do hemisfério, devido à falta de compromisso chinês com a democracia e os direitos humanos; (3) o fortalecimento de laços com governos "autoritários e anti-EUA", como a Nicarágua, que são vistos como problemáticos especialmente por gerarem o aumento de fluxos migratórios em direção ao território estadunidense; e (4) a falta de confiabilidade da China como um país parceiro, diante de denúncias de espionagem e a promoção de projetos de infraestrutura ambientalmente insustentáveis (MILANI, 2022, p.11).

A postura dos EUA se tornou mais incisiva quando El Salvador reconheceu a China, momento em que os alarmes em Washington soaram. Em reação, o governo de Trump acusou Pequim de intervir em El Salvador e ameaçou reavaliar as relações com o país centro-americano. Quando surgiram informações sobre o interesse chinês em portos e ilhas salvadorenhas, a então embaixadora dos EUA em São Salvador, Jean Manes, declarou que a China queria transformar os portos do país centro-americano em bases militares. Tendo em vista que três países passaram a reconhecer a China em um período de tempo muito curto, Panamá (2017), República Dominicana (2018) e El Salvador (2018), a Casa Branca chegou a convocar os embaixadores nessas nações para consultas, como um gesto de condenação à aproximação da China na região (PORTADA, 2020, p.563-565).

A partir desses ocorridos com El Salvador, os EUA escalaram a retórica anti-China nos países centro-americanos. Quando a potência asiática tentava ganhar espaço na região, seja com projetos amparados pela *Belt and Road Initiative* ou com o aumento de investimentos de suas empresas, Washington reforçava suas preocupações relacionadas à suposta ingerência chinesa e à violação das soberanias locais. O tom incisivo de Trump em seu primeiro mandato, permaneceu durante o governo de Joe Biden, que classificou a China como um "competidor estratégico" e buscou aprofundar os laços com a região para fazer frente à presença chinesa. Biden também reafirmou o compromisso dos EUA em apoiar a região para resistir a "interferência ou coerção externas, inclusive da República Popular da China" (BARRIOS e RIOS, 2023, p.2).

⁴⁶ DEPARTMENT OF STATE. **The Chinese Communist Party: Threatening Global Peace and Security.** United States Department of State, 2020. Disponível em: <<https://2017-2021.state.gov/the-chinese-communist-party-threatening-global-peace-and-security/#GlobalNorms andValues>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

A general Laura Richardson, que por indicação de Biden chefiou o Comando do Sul (2021-2024), organismo dos EUA responsável por operações militares na América do Sul, na América Central e no Caribe, deixou claro em um discurso ao Congresso, em 2024, que o tom de alerta acerca do perigo que a China representa na região não diverge muito daquele enfatizado durante a administração Trump:

A República Popular da China (RPC) tem explorado a confiança das democracias deste hemisfério, usando essa confiança para roubar segredos nacionais, propriedade intelectual e pesquisas relacionadas ao meio acadêmico, à agricultura e à saúde. O escopo e a escala dessa espionagem não têm precedentes. Por meio da *Belt and Road Initiative*, a RPC pretende acumular poder e influência às custas das democracias do mundo. Aqui no Hemisfério Ocidental, a América Latina e o Caribe têm o potencial de alimentar e abastecer o mundo. Compreendendo isso, a RPC já está ocupada com a extração e a exploração de práticas de investimento predatórias, a construção de megaportos e instalações espaciais de uso dual e atividades cibernéticas criminosas são apenas algumas das atividades malignas da RPC que colocam em risco a soberania e a segurança da região (US SOUTHCOM, 2024, tradução nossa).

No entanto, as tensões atingiram um novo patamar com o retorno de Donald Trump à Casa Branca, especialmente após ameaças de intervenção militar para retomar o controle do Canal Panamá, que supostamente estaria sendo controlado pela China. As alegações se baseiam na administração chinesa dos portos de Balboa (Pacífico) e Cristóbal (Atlântico) localizados de maneira estratégica na entrada e saída da via oceânica (Figura 1). Os dois portos são geridos desde 1997 por uma subsidiária da Hutchison Port Holdings, uma empresa de Hong Kong, que obteve a renovação do contrato por mais 25 anos em 2021 (ILLUECA, 2023, p.20-23).

Mapa 2 - Portos próximos ao Canal do Panamá administrados por empresas de Hong Kong



Fonte: Epoch Times, 2025.

As alegações de Trump sobre esses portos já haviam sido destacadas pela própria Richardson, que, em 2022, chamou a atenção para os investimentos de Pequim no Panamá. Naquele momento, a comandante destacou que a gestão de empresas chinesas de portos próximos à via interoceânica, que embora sejam infraestruturas civis para uso comercial, poderiam ser transformadas em ativos militares controlados pela China, algo que também vem sendo apontado por Trump (ILLUECA, 2023, p.20-23).

Essa escalada retórica e o uso de ameaças diretas sinalizam uma mudança no padrão de atuação dos EUA, que, diante da presença crescente da China na América Central, adotam estratégias cada vez mais agressivas para manter sua influência histórica na região. As pretensões expansionistas do mandatário estadunidense não se limitam ao Panamá, já que Trump também tem defendido a anexação do Canadá e da Groenlândia. No entanto, o caso do Canal do Panamá traz elementos inéditos, pois é a primeira vez que os EUA sinalizam que poderiam utilizar suas forças armadas contra outro país para recuperar uma infraestrutura que, na sua visão, está sendo controlada pela China (GEDEON, 2025; DOYLE e HILLYARD, 2025).

Por mais que concessões futuras por parte das autoridades panamenhas, que já sinalizaram a saída da *Belt and Road Initiative* (STEVENSON e BRADSHER, 2025), possam levar a redução das tensões, ao cruzar essa linha, Trump abre espaço para aplicar o mesmo discurso a outras infraestruturas de países latino-americanos e caribenhos vistas como críticas para a segurança dos EUA e que tenham sido construídas por Pequim ou sejam administradas por empresas chinesas. As respostas agressivas, entretanto, representam apenas uma das táticas utilizadas por Washington diante do avanço chinês.

3.3 - As estratégias dos EUA diante da presença da China na América Central: entre o diálogo, a contenção e a competição

Os EUA têm utilizado diferentes estratégias para reagir ao aumento da influência da China na América Central, que podem ser separadas em três categorias: (1) diálogo; (2) contenção e (3) competição. A escolha dessas estratégias ocorre em momentos específicos e depende diretamente da percepção de ameaça que Washington tem em relação à China, sendo as duas últimas utilizadas com mais frequência ao longo dos últimos anos. Sendo assim, à medida que aumenta a percepção de ameaça, diminui a ênfase no diálogo e cresce o uso das estratégias de contenção e competição, que podem coexistir.

O uso do diálogo foi mais recorrente no fim do governo Bush e ao longo da administração Obama. Nesse período, a presença da China na América Latina e Caribe estava

aumentando de maneira expressiva, principalmente na área econômica e de investimentos. Entre 2006 e 2015, foram realizadas sete consultas bilaterais entre EUA e China para discutir a atuação chinesa na região (SULLIVAN e LUM, 2018, p.2). O objetivo dessas consultas era estabelecer instâncias bilaterais institucionalizadas que tornassem evidentes os interesses de ambas as partes, promovendo a transparência e prevenindo erros de cálculo (PAZ, 2012, p.23).

Para os EUA, o diálogo com a China era uma oportunidade de externalizar suas preocupações, limitar a atuação chinesa e moldar sua presença na região. Já para a China, o principal benefício do mecanismo era distensionar as relações com Washington, ao reduzir a desconfiança em relação às suas ambições no continente. Cabe destacar que essa foi a primeira vez que os EUA dialogam de igual para igual com uma potência extrarregional sobre uma região onde a hegemonia estadunidense é vista como um dado da realidade. Algo que não aconteceu com outros competidores que ao longo dos séculos tentaram ganhar espaço na América Latina e Caribe, como o caso da Alemanha nazista, no início do século XX, e a União Soviética, ao longo da Guerra Fria (PAZ, 2012, p.23-24).

Por mais que o diálogo apresentasse benefícios para as duas potências, ao reduzir as tensões, a falta de participação dos países latino-americanos e caribenhos gerou preocupações acerca da soberania dessas nações. Para contornar a ideia de que uma governança conjunta estava sendo negociada a despeito da vontade da região, tanto os EUA quanto a China tentavam assegurar, em reuniões separadas com os embaixadores latino-americanos e caribenhos, em que abordavam superficialmente o conteúdo tratado, que essa não era a intenção do mecanismo (PAZ, 2012, p.24).

Novamente tudo mudou com a ascensão de Trump à Casa Branca. A partir desse momento a política externa estadunidense substituiu o diálogo por uma combinação de competição e contenção, com maior ênfase na última. A competição caracteriza-se pela disputa entre as potências para garantir um acesso e uma interlocução privilegiada com a região, utilizando instrumentos como investimentos, doações, empréstimos, cooperação, assistência externa e a criação de acordos econômicos. Por outro lado, a contenção diz respeito a medidas punitivas e dissuasivas utilizadas para neutralizar a influência chinesa. O objetivo dessa estratégia é retirar Pequim do jogo geopolítico ou no mínimo colocar obstáculos para o seu avanço. Os instrumentos mais usados são sanções e campanhas de descrédito e difamação para desqualificar a natureza das ações e projetos de Pequim (BELLO, 2020, p.121-122).

Para a América Central, como palco da disputa entre China e EUA, as consequências da competição e da contenção são variadas. A competição pode beneficiar a região ao diversificar as fontes de recursos que auxiliem em seu desenvolvimento socioeconômico. Em contrapartida, a contenção restringe a margem de manobra dos países e impõe sérios desafios a suas políticas externas. As ameaças de sanções e o uso de uma diplomacia coercitiva podem dificultar o acesso a benefícios oferecidos pela potência rival e colocar a região em um campo de batalha instável (BELLO, 2020, p.122).

A intensificação da competição reflete o crescimento do comércio da América Central com a China e as iniciativas de infraestrutura promovidas pela *Belt and Road Initiative*. Apesar das sensibilidades de segurança dos EUA em relação à presença da China na região, a maior parte da atuação de Pequim é de cunho econômico. Por mais que os EUA continuem a ser o maior parceiro comercial da América Central como região⁴⁷, por conta dos acordos de livre comércio firmados ao longo do governo Bush, a corrente de comércio com a China tem aumentado ao longo dos últimos anos (Tabela 9).

Tabela 9 - Corrente comercial da América Central com os EUA e a China (US\$)

Ano	EUA	China	Diferença
2000	19.692.782.177	385.823.689	US\$ 19.306.958.488
2005	22.171.688.850	3.211.572.451	US\$ 18.960.116.399
2010	35.623.978.000	10.506.250.611	US\$ 25.117.727.389
2015	41.938.840.982	15.930.558.872	US\$ 26.008.282.110
2020	38.411.126.335	15.889.221.229	US\$ 22.521.905.106
2023	55.824.300.858	24.918.105.703	US\$ 30.906.195.155

Fonte: UN Comtrade, 2025c. Para a construção da tabela, foi feita a soma das importações e exportações de todos os países da América Central com a China e os EUA.

Do ponto de vista econômico, o gigante asiático desbancou o México em 2012 e se tornou o terceiro maior parceiro comercial da América Central, atrás apenas dos EUA e do próprio Mercado Comum Centro-Americano. A China tem ampliado a sua presença principalmente com a negociação de tratados de livre comércio e, como visto, já logrou estabelecer tais acordos com a Costa Rica (2011) e Nicarágua (2024). Apesar dessas iniciativas, o comércio com a região ainda continua a ser muito deficitário para todos os

⁴⁷ Somente um país da América Central, o Panamá, possui como principal parceiro comercial a China, em detrimento dos EUA. Isso ocorre desde 2020, momento no qual as reduções das exportações panamenhas para os EUA, que apresentavam um ritmo de diminuição desde 2018, geram um impacto significativo na redução da corrente bilateral. Como o comércio com os EUA reduziu e o fluxo bilateral com a China manteve a tendência de aumento, o gigante asiático conseguiu se tornar o primeiro parceiro comercial de um país centro-americano (UN COMTRADE, 2024).

países centro-americanos que tendem, com exceção da Costa Rica, a importar bens de maior valor agregado e exportar produtos primários (PETERS, 2018, p.17).

Em resposta à presença econômica da China, os EUA têm buscado promover o comércio com a América Central, seja por meio da abertura a produtos que não estavam amparados nos acordos de livre comércio, ou por iniciativas conjuntas com o governo e o setor empresarial local. Além disso, o *nearshoring*, processo de realocação das cadeias globais de valor que antes estavam muito concentradas na Ásia, gerou novas oportunidades para os países centro-americanos (ROSALES, 2021, p.165-167). Uma vez que busca-se encurtar a distância entre as cadeias de produção e o consumidor, privilegiando fornecedores que estejam mais próximos, países como Panamá⁴⁸ e Costa Rica⁴⁹, por exemplo, puderam aproveitar as medidas tomadas durante o governo Biden para criar uma cadeia de produção de semicondutores no Hemisfério Ocidental.

Além disso, para competir com os projetos da *Belt and Road Initiative*, os EUA tentam criar iniciativas próprias. Durante o governo Trump, foi aprovada o *Better Utilization of Investments Leading to Development Act (BUILD Act)*⁵⁰, uma legislação que buscava revitalizar o papel dos EUA em termos de financiamento ao desenvolvimento. A iniciativa foi reconhecida pelo próprio governo estadunidense como uma resposta à BRI e ao aumento da influência chinesa em países em desenvolvimento. Além dessa proposta a nível global, os EUA lançaram em 2018 o programa América Cresce⁵¹, uma iniciativa governamental de caráter regional que buscou canalizar os recursos de diversas agências dos EUA para atrair investimentos do setor privado em infraestrutura, energia, telecomunicações, portos, estradas e aeroportos. Essas áreas coincidem diretamente com o programa da BRI e a medida foi apresentada aos países centro-americanos, como Panamá e El Salvador, que tinham uma relação muito próxima com Pequim, como uma alternativa ao grande investimento chinês (BELLO, 2020, p.122-125).

⁴⁸ U.S. EMBASSY IN PANAMA. **New Partnership with Panama to Explore Semiconductor Supply-Chain Opportunities**. U.S. Embassy in Panama, 2023. Disponível em: <<https://pa.usembassy.gov/new-partnership-with-panama-to-explore-semiconductor-supply-chain-opportunities/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

⁴⁹ U.S. EMBASSY IN COSTA RICA. **Partnership with Costa Rica to Explore Semiconductor Supply Chain Opportunities**. U.S. Embassy in Costa Rica, 2023. Disponível em: <<https://cr.usembassy.gov/chips/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

⁵⁰ US CONGRESS. **BUILD Act of 2018**. Congress.gov, 2018. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/2463/text>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

⁵¹ US DEPARTMENT OF STATE. **Growth in the Americas**. United States Department of State, 2021. Disponível em: <<https://2017-2021.state.gov/growth-in-the-americas/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Durante o governo Biden, os EUA também trabalharam para limitar o escopo de atuação da China na área de infraestrutura com a *Build Back Better World (B3W)*⁵², uma iniciativa lançada em conjunto com o G7, em 2021, com a pretensão explícita de ser uma alternativa aos investimentos da BRI. A intenção por trás do B3W era formular uma política de infraestrutura que seria voltada para nações de renda média e baixa para mantê-las sob o guarda-chuva ocidental. Com a iniciativa, os EUA buscavam endereçar o déficit de infraestrutura nos países em desenvolvimento, por meio de diferentes projetos financiados por bancos de desenvolvimento locais e pela iniciativa privada. No ano seguinte, o G7 reformulou a B3W sob uma nova estratégia, a *Partnership for Global Infrastructure Investment (PGII)*, que tem por objetivo mobilizar US\$ 600 bilhões em financiamento de infraestrutura até 2027, mas que ainda não foi totalmente operacionalizada (RUNDE, 2024).

A redução de recursos destinados à cooperação e cortes na ajuda externa, que como visto no Capítulo 1, ocorreram durante o primeiro governo Trump por fatores ligados à migração, podem enfraquecer a capacidade dos EUA de competir com a China na América Central (BELLO, 2020, p.119). Como não existe vácuo de poder dentro da disputa geopolítica, o uso retaliatório de tais medidas podem gerar um efeito reverso, ao abrir caminho para que a China ocupe tais espaços e ganhe ainda mais influência nos países centro-americanos. Algo que também ocorre com algumas estratégias de contenção.

Para conter a influência da China na América Central, os EUA adotam três ações principais: (1) dissuadir os países que ainda mantém laços com Taiwan, no caso Guatemala e Belize, a não reconhecer a China; (2) emitir advertências sobre os riscos de estreitar laços com Pequim; e (3) usar a diplomacia coercitiva para desencorajar a ampliação de projetos chineses na região. Para os EUA, Taiwan desempenha um papel central na contenção diplomática da China na América Central. Por mais que os EUA não mantenham relações diplomáticas com Taiwan, Washington possui uma aliança forte com a ilha, ilustrada pela venda de armas e apoio amplo na área de segurança (PORTADA, 2020, p.557).

Como uma forma de fortalecer os laços entre EUA e Taiwan, o Congresso estadunidense aprovou, em 2019, a *Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative (TAIPEI Act)*. Tal legislação sinaliza que os EUA podem tomar ações contra países que decidam romper suas relações diplomáticas com Taiwan em favor da China. De acordo com a Seção 5 (A.3) do TAIPEI Act, os EUA podem “alterar seu compromisso econômico, de

⁵² THE WHITE HOUSE. **President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership.** The White House, 2021. Disponível em: <<https://bidenwhitehouse.archives.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

segurança e diplomático com nações que tomam medidas sérias ou significativas para minar a segurança ou a prosperidade de Taiwan”⁵³, algo que alguns autores argumentam que é uma brecha que Washington poderia usar para impor penalidades a países que deixem de reconhecer Taiwan, bem como deter aqueles que querem tomar uma decisão nesse sentido (BELLO, 2020; PORTADA, 2020; ROD e HIMMER, 2021). Por mais que durante o governo Biden os países centro-americanos que passaram a reconhecer a China, Nicarágua (2021) e Honduras (2023), não tenham sofrido sanções dentro desse marco, nada impede que no segundo mandato de Trump tais medidas não sejam aplicadas.

Como uma segunda estratégia de contenção, os EUA exercem pressões significativas nos países que estabelecem relações com a China. Por meio de advertências, os EUA alertam que Pequim pode aparentemente oferecer uma parceria para o desenvolvimento, mas isso ocorre em troca da dependência no longo prazo. Ademais, a potência estadunidense destaca os já citados como perigos relacionados à armadilha da dívida e à falta de transparência. No entanto, o efeito das declarações dos EUA pode ser limitado, já que alguns países recebem esses alertas com um certo ceticismo e pedem que Washington respeite suas decisões tomadas de maneira soberana (BARRIOS e RIOS, 2023, p.2). Por outro lado, tais acusações podem ganhar o respaldo de autoridades locais, como o caso do atual presidente da Costa Rica, Rodrigo Chaves (2022-), que tem recebido o suporte dos EUA⁵⁴ por ter denunciado que empresas chinesas de tecnologia como a Huawei estariam tentando promover práticas de espionagem no país centro-americano por meio do 5G (BAIRES, 2023).

Por fim, os EUA utilizam a diplomacia coercitiva para conter a presença da China na América Central, ilustrada por ações como visitas surpresa e intimidatórias e a convocação de embaixadores estadunidenses em países que estabeleceram relações com Pequim. Como exemplo disso é possível citar a viagem de Julie Chung, então secretária adjunta do Departamento de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, a Belize, em 2019, logo após uma visita de políticos belizenhos para a China. Na ocasião, Chung felicitou o país centro-americano por ainda manter relações diplomáticas com Taiwan e expressou que o governo dos EUA defendia que Belize não deveria considerar mudar o reconhecimento em favor da China (ROD e HIMMER, 2021, p.242-243). Destaca-se também a visita da então

⁵³ US CONGRESS . **Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative (TAIPEI) Act of 2019**. US Congress, 2019. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/1678/text>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

⁵⁴ US DEPARTMENT OF STATE. **Secretary of State Marco Rubio and Costa Rican President Rodrigo Chaves Robles at a Joint Press Availability**. US Department of State, 2025. Disponível em: <<https://www.state.gov/secretary-of-state-marco-rubio-and-costa-rican-president-rodrigo-chaves-robles-at-a-joint-press-availability/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

chefe do Comando do Sul, Laura Richardson, a Honduras, em 2024, ocasião em que enfatizou as ameaças que a China poderia representar no país que havia estabelecido relações com Pequim no ano anterior (MALDONADO, 2024).

Embora as estratégias de contenção empregadas pelos EUA não alcancem o objetivo de retirar totalmente a presença de Pequim da América Central, elas podem reduzir, adiar ou até mesmo inviabilizar o escopo de diferentes propostas chinesas que já se encontravam em um nível avançado de progresso. Um exemplo disso seria a pressão feita por Washington, em 2018, para que o governo do Panamá voltasse atrás da decisão de ceder um terreno na ilha Calzada de Amador, próxima ao Canal do Panamá, para a instalação da missão diplomática chinesa (YOUKEE, 2018). Os EUA se opuseram firmemente à medida, já que o local da embaixada teria supostamente dado à China um posto de monitoramento privilegiado para rastrear as embarcações militares estadunidenses que passavam pelo canal. Diante dessas pressões, o presidente panamenho Juan Carlos Varela cancelou a permissão da construção da embaixada, alegando a existência de problemas ambientais (PORTADA, 2020, p.563).

O desconforto de Washington com a presença chinesa na América Central evidencia a importância estratégica que a região ainda mantém para os EUA. A partir da compreensão de que o gigante asiático representa uma ameaça à sua segurança e estabilidade regional, os EUA aplicam diferentes estratégias para lidar com essa realidade. Por meio do diálogo, a competição e a contenção, as autoridades estadunidenses tentaram moldar e restringir a atuação chinesa, que apesar de sensibilidades ligadas a denúncias relacionadas à segurança, possui uma presença ainda muito centrada no comércio e na promoção de projetos de infraestrutura amparados na *Belt and Road Initiative*. No entanto, até mesmo investimentos e empreendimentos de infraestrutura chineses, que à primeira vista não possuem implicações significativas, estão atraindo a atenção e a preocupação dos EUA.

Conclusão

Diante do exposto, é possível concluir que a crescente presença da China na América Central representa um desafio significativo à hegemonia histórica dos EUA na região. A atuação chinesa é principalmente focada no comércio, mas tem como motivação primária o isolamento diplomático de Taiwan, que tinha na América Central um bastião importante de seu reconhecimento. Além da intensificação dos fluxos comerciais, a China também atua para promover projetos de infraestrutura, principalmente após a criação da *Belt and Road Initiative* em 2013, e estabelecer laços de cooperação em diferentes áreas. Esse movimento tem atraído o interesse dos países centro-americanos, que buscam diversificar suas parcerias internacionais e obter benefícios econômicos por meio do aumento dos investimentos, modernização de suas infraestruturas e inserção em cadeias globais de valor.

Contudo, a intensificação da presença chinesa não passou despercebida por Washington, que, ao longo dos últimos anos, tem adotado uma postura cada vez mais agressiva para conter o avanço de Pequim. A retórica e as ações estadunidenses evoluíram de uma abordagem de diálogo, característica dos governos Bush e Obama, para uma estratégia de competição e contenção direta, evidenciada no governo Trump e Biden. O uso de ameaças explícitas de corte de ajuda externa e a realização de visitas diplomáticas com caráter intimidatório demonstram a disposição dos EUA em empregar recursos de *hard power* para manter sua influência na região.

As sensibilidades de segurança dos EUA em relação à América Central podem fazer com que o país empregue medidas mais agressivas caso a sua percepção de ameaça em relação à China afete diretamente a sua noção de existência. Como a invasão, a ocupação militar e a promoção de golpes de Estado não são uma prática incomum dos EUA na América Central, o uso de tais ações não pode ser descartado. As falas belicistas de Trump em relação ao Canal do Panamá sustentam ainda mais esse argumento e parecem recuperar uma lógica imperialista explícita que marcou tanto o século XX. Diante disso, as relações de Washington com a América Central passam a ser ainda mais concentradas no aspecto securitário. A China se torna, portanto, mais um dos “problemas” que os EUA devem solucionar na região ao lado de temas como migração, narcotráfico e instabilidade política.

Nesse contexto, os países da América Central encontram-se diante de um dilema estratégico. Por um lado, o aprofundamento das relações com a China oferece oportunidades de crescimento econômico, desenvolvimento de infraestrutura e inserção em novos mercados. A *Belt and Road Initiative* tem sido vista como uma oportunidade para atrair investimentos,

impulsionar o comércio e fomentar o crescimento regional. Por outro lado, a pressão constante dos EUA e o risco de criar novas dependências, desta vez em relação a Pequim, exigem uma análise cuidadosa e uma gestão hábil de suas políticas externas.

Uma estratégia de equidistância pragmática⁵⁵, inspirada no modelo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, poderia permitir que os países centro-americanos se beneficiassem da competição entre China e EUA. Ao manter uma postura equilibrada e buscar o melhor das duas potências, os Estados centro-americanos poderiam captar investimentos chineses para modernizar sua infraestrutura, enquanto preservam a relação histórica com os EUA, fundamental em termos de cooperação regional. Essa abordagem pendular poderia, no melhor cenário, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, com a América Central assumindo um papel ativo nas negociações e evitando a submissão a interesses externos. No entanto, tal estratégia se torna cada vez mais difícil com o acirramento das tensões entre China e EUA na região e a redução da margem de manobra dos países centro-americanos.

Por outro lado, a disputa entre as duas potências têm despertado o interesse de outros atores globais, como a União Europeia⁵⁶ e a Índia⁵⁷, que veem na região uma oportunidade de projeção de influência e de estabelecimento de novas parcerias. Esse cenário multipolar pode abrir novas possibilidades para a América Central. A diversificação de parcerias é um caminho para aumentar a autonomia, mas é preciso ter em mente os desafios colocados e os interesses em jogo.

Por fim, torna-se cada vez mais necessário que as nações centro-americanas atuem de maneira coordenada para proteger seus interesses regionais de longo prazo. O fortalecimento de instituições como o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e a diversificação conjunta de parceiros internacionais são elementos-chave para evitar dependências assimétricas e construir alternativas mais factíveis à competição geopolítica acirrada entre China e EUA.

⁵⁵ MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁵⁶ CONSEJO DE LA UNIÓN EUROPEA. **Declaración de la Cumbre UE-CELAC de 2023**. Consejo de la Unión Europea: Bruselas, 2023. Disponível em: <<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-12000-2023-INIT/es/pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

⁵⁷ MIRE PANAMÁ. **Comunicado Conjunto de la Reunión del Mecanismo de Diálogo Político y Cooperación entre la India y los Estados del Sistema de la Integración Centroamericana**. Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá, 2023. Disponível em: <https://mire.gob.pa/comunicado-conjunto-de-la-reunion-del-mecanismo-de-dialogo-politico-y-cooperacion-entre-la-india-y-los-estados-del-sistema-de-la-integracion-centroamericana/>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, Rafael Almeida. **The Belt and Road Initiative and China-Latin America Relations**. Mural Internacional, v. 14, n. 1, 2023.

ACP. **Estadísticas de Tránsito: informes anuales**. Autoridad del Canal de Panamá, 2025. Disponível em: <<https://pancanal.com/estadisticas/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALEMÁN, Alberto. **Relaciones Centroamérica-Taiwán durante la Presidencia de Ma Ying-Jeou**. Recuperado el, v. 5, 2016.

AYERBE, Luiz Fernando. **Os anos Reagan e o recrudescimento da guerra fria**. In: Estados Unidos e América Latina. A Construção da hegemonia. São Paulo: Unesp, 2002.

BAIRES, Lorena. **Costa Rica não aceitará tecnologia 5G da China ou da Rússia**. Diálogo Américas, 2023. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/costa-rica-nao-aceitara-tecnologia-5g-da-china-o-u-da-russia/>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Data for Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua and Panama**. World Bank Open Data, 2025a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/?locations=BZ-CR-SV-GT-HN-NI-PA>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Data for Paraguay and Guatemala**. World Bank Open Data, 2025c. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/?locations=PY-GT>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL. **GDP (current US\$) - China**. World Bank Open Data, 2025b. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&locations=CN&start=1960&view=chart>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BARRIOS, Ricardo; RIOS, Karla. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Congressional Research Service (CRS), 2023.

BELLO, Lourdes María Regueiro. **Centroamérica en la disputa geopolítica entre China y Estados Unidos**. Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 19, n. 37, p. 106-136, 2020.

BOLAÑOS, Rosa María. **Agexport informa que China retiene exportaciones de productos guatemaltecos**. Prensa Libre, 2024. Disponível em:

<<https://www.prensalibre.com/economia/agexport-informa-que-china-retiene-exportaciones-de-productos-guatemaltecos/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BUCHELI, Marcelo. **Multinational corporations, totalitarian regimes and economic nationalism: United Fruit Company in Central America, 1899–1975**. *Business History*, v. 50, n. 4, p. 433-454, 2008.

CAMPBELL, Caitlin. LAWRENCE, Susan V. **Taiwan: Political and Security Issues**. Congressional Research Service, 2023.

CASTAÑEDA, Jorge G. **Brasil, México e o conceito de América Latina**. In: *Amanhã para sempre. O México contemporâneo e seus desafios*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013, 363-377.

CASTILLO, Ariana Salas. **Costa Rica: Fin de relaciones diplomáticas con Taiwán e inicio con China**. Observatorio de la Política Internacional. Universidad de Costa Rica, 2015.

CHAVERRI, Carlos Granados. **Hacia una definición de Centro América: El peso de los factores geopolíticos**. *Anuario de estudios Centroamericanos*, p. 59-78, 1985.

CHEN, Yu-Jie. **“One China” contention in China–Taiwan relations: law, politics and identity**. *The China Quarterly*, v. 252, p. 1025-1044, 2022.

CHIVVIS, Christopher. **A Realistic Scenario for Coexistence Between China and America in the Mid-2030s**. In: *US-China Relations for the 2030s: Toward a Realistic Scenario for Coexistence*. 2024.

DE YOUNG, Karen. **Como a China conseguiu apoio de Honduras em pleno quintal dos EUA**. Estadão, 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/como-a-china-conseguiu-apoio-de-honduras-em-pleno-quintal-dos-eua/>>. Acesso em: 6 out. 2023.

DELCID, Merlin. **Bernardo Arévalo tomó posesión como presidente de Guatemala tras nueve horas de retraso**. CNN. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2024/01/15/posesion-bernardo-arevalo-guatemala-orix/>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

DÍAZ, Emilio Sánchez. **Sobre el denominado "Mediterráneo americano"**. In: XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles. Trama editorial; CEEIB, 2012. p. 1337-1350.

DOSHI, Rush. **The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order**. Oxford University Press, 2021.

DOYLE, Katherine ; HILLYARD, Vaughn. **Trump suggests he could use military force to acquire Panama Canal and Greenland and "economic force" to annex Canada**. NBC News. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/politics/donald-trump/trump-suggests-use-military-force-acquire-panama-canal-greenland-econo-rcna186610>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

EFE. **Arévalo mantendrá relaciones con Taiwán y expandirá la cooperación comercial con China**. Infobae, 2024. Disponível em: <<https://www.infobae.com/espana/agencias/2024/01/13/arevalo-mantendra-relaciones-con-taiwan-y-expandira-la-cooperacion-comercial-con-china/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

EFE. **La presidenta de Honduras ordena a su canciller abrir relaciones con China**. SWI, 2023. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/spa/la-presidenta-de-honduras-ordena-a-su-canciller-abrir-relaciones-con-china/48361026>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ELLIS, Evan. **El avance de China en Centroamérica y la importancia de Guatemala para limitar la influencia de Beijing**. Infobae, 2024. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/06/22/el-avance-de-china-en-centroamerica-y-la-importancia-de-guatemala-para-limitar-la-influencia-de-beijing/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

EPOCH TIMES. **A influência chinesa de décadas no Panamá começa a se desfazer**. Epoch Times, 2025. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/estados-unidos/a-influencia-chinesa-de-decadas-no-panama-comeca-a-se-desfazer-211445.html>>. Acesso em: 18 fev. 2025

FERES, João. **A História do conceito de Latin American nos Estados Unidos**. ANPOCS. EDUSC. São Paulo. 2004.

FMI. **GDP, current prices: United States and China**. International Monetary Fund, 2025. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/CHN/USA>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FMPRC. **Encuentro Virtual entre Wang Yi y el Canciller de Nicaragua Denis Moncada**. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2021. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjb/zzjg/bmdyzs/xwlb/202112/t20211210_10466646.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FORMAN, Johanna; MOREIRA, Susana. **Taiwan-China Balancing Act in Latin America**. Elcano Newsletter, n. 51, 2008.

GARCÍA, José Nicolás Pérez. **Situación de la gestión del riesgo de desastres en Centroamérica**. Repertorio científico, v. 23, n. 2, p. 112-119, 2020.

GARCÍA, Oscar; MONTENEGRO, Henry. **Congreso aprueba punto resolutivo para exhortar al gobierno a “conservar y fomentar” las relaciones con Taiwán**. Prensa Libre, 2024. Disponível em: <<https://www.prensalibre.com/guatemala/politica/congreso-aprueba-punto-resolutivo-para-exhortar-al-gobierno-a-conservar-y-fomentar-las-relaciones-con-taiwan-breaking/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GEDEON, Joseph. **Trump refuses to rule out using military to take Panama Canal and Greenland**. the Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/07/trump-panama-canal-greenland>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GOMEZ, Rene. **El Salvador rompe relaciones diplomáticas con Taiwán y las establece con la República Popular China**. La Prensa Gráfica, 2018. Disponível em: <<https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/El-Salvador-rompe-relaciones-diplomaticas-con-Taiwan-y-las-restablece-con-la-Republica-Popular-China-20180820-0088.html>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GULYÁS, Csenge. **Taiwan's Foreign Relations with Developing Countries**. Changing Trade and Investment Relations of the Taiwanese Economy, p. 121, 2022.

ILLUECA, Alonso. **La Influencia de China en Panamá: Un caso de estudio**. Observatorio de China en Centroamérica: Expediente Abierto, 2023.

JISI, Wang. **China's search for a grand strategy: a rising great power finds its way.** Foreign Affairs, p. 68-79, 2011.

LA PRENSA . **Panamá reconoce el principio de una sola China y rompe relaciones con Taiwán.** La Prensa Panamá, 2017. Disponible em: <https://www.prensa.com/politica/Panama-diplomaticas-Republica-Popular-China_0_4778522162.html>. Acceso em: 24 jan. 2025.

LA PRENSA. **Ortega le otorga nueva concesión a una empresa china para que expanda su explotación minera en Nicaragua.** La Prensa, 2024. Disponible em: <<https://www.laprensani.com/2024/08/13/nacionales/3363158-ortega-le-otorga-nueva-concesion-a-una-empresa-china-para-que-expanda-su-explotacion-minera-en-nicaragua>>. Acceso em: 3 fev. 2025.

LA REPÚBLICA. **Línea de tiempo: 15 años de relaciones bilaterales China-Costa Rica.** La República, 2022. Disponible em: <<https://www.larepublica.net/noticia/15-anos-de-relaciones-bilaterales-china-costa-rica>>. Acceso em: 31 jan. 2025.

LÓPEZ, Santiago. **El Salvador rompió relaciones con Taiwán en favor de acercarse a China.** France 24, 2018. Disponible em: <<https://www.france24.com/es/20180821-salvador-rompimiento-relaciones-taiwan-china>>. Acceso em: 24 jan. 2025.

MALDONADO, Fernando. **Laura Richardson: China busca controlar las redes 5G para espionaje y uso militar.** El Heraldo, 2024. Disponible em: <<https://www.elheraldo.hn/honduras/laura-richardson-china-busca-controlar-redes-5g-espionaje-uso-militar-CD19921102>>. Acceso em: 15 fev. 2025.

MEJÍA, Alvaro. **La presencia de Panamá en las relaciones internacionales de Colombia.** Revista de Extensión Cultural, 1984.

MEJÍA, Karen. **A propósito del bicentenario: una revisión de centroamérica como espacio-ruta desde la geopolítica crítica.** Revista Relaciones Internacionales, v. 94, n. 2, p. 97-118, 2021.

MELÉNDEZ, Javier (org.). **China en Centroamérica: estrategias, influencia y operaciones en el siglo XXI.** Expediente Abierto, 2024. Disponible em:

<https://www.expedienteabierto.org/wp-content/uploads/2024/07/China-en-Centroamerica.vf_.pdf> Acesso em: 31 jan. 2025.

MENDES, Carmen Amado; ITURRE, Maite; NASCIMENTO, Daniela. **O factor Taiwan na política externa Chinesa em África e na América Latina**. *Estratégia*, v. 20, p. 71-85, 2011.

MEYER, Peter J. **US strategy for engagement in Central America: An overview**. Congressional Research Service, 2021.

MEYER, Peter J. **US strategy for engagement in Central America: Policy issues for Congress**. Congressional Research Service, 2017.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. **Countries of Birth for U.S. Immigrants, 1960-Present**. Migration Policy Institute, 2023. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/charts/immigrants-countries-birth-over-time?width=1000&height=850&iframe=true>>. Acesso em: 02 jan. 2025.

MILANI, Livia Peres. **US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?** *Contexto Internacional* vol. 43(1) Jan/Apr 2021, pp. 121-146.

MILANI, Livia. **US Hegemony in Latin America during an Age of Challenges: The Perception of Threats by the US Southern Command**. *Latin American Perspectives*, p. 0094582X221140418, 2022.

MINISTRY OF FINANCE REPUBLIC OF CHINA (TAIWAN). **Comércio de Belize e Guatemala com Taiwan**. Ministry of Finance Republic of China (Taiwan) Disponível em: <<https://web02.mof.gov.tw/njswww/webMain.aspx?sys=220&ym=10300&yymt=11300&kind=21&type=1&funid=e9111&cycle=4&outmode=0&compmode=00&ratenm=Annual%20growth%20rate&outkind=1&fld0=1&cod0103=1&cod0107=1&codlst1=111&rdm=R95551>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, REPUBLIC OF CHINA (TAIWAN). **Diplomatic Allies**. Ministry of Foreign Affairs, Republic of China (Taiwan), 2025. Disponível em: <<https://en.mofa.gov.tw/AlliesIndex.aspx?n=1294&sms=1007>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOFCOM. **FTA China-Nicarágua**. Ministry of Commerce People's Republic of China, 2023. Disponível em: <<http://fta.mofcom.gov.cn/topic/ennicaragua.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MORALES, Sergio. **Tras polémica, Gobierno matiza y reafirma relación con Taiwán.** La Hora, 2024. Disponível em: <<https://lahora.gt/nacionales/smorales/2024/02/08/tras-polemica-gobierno-matiza-y-reafirma-relacion-con-taiwan/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MREC. **Memoria Institucional 2007-2008.** Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica, 2008. Disponível em: <<https://www.rree.go.cr/?sec=transparencia&cat=informes&cont=1113>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MURILLO, Álvaro. **Arias rompe con Taiwán tras sigiloso acercamiento a China.** La Nación, 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070710143005/http://www.nacion.com/ln_ee/2007/junio/07/pais1123915.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

NEDOPIL, Christoph. **Countries of the Belt and Road Initiative.** Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University. [www. greenfdc. org](http://www.greenfdc.org), 2023.

NOVION, Jacques de. **Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonia y el futuro en cuestión.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México, 2011.

NOVION, Jacques. **Hegemonía, Geopolítica y Seguridad en las Américas: apuntes desde los estudios latinoamericanos.** Hacer Ciencias Sociales Desde América Latina: Desafíos y Experiencias de Investigación, p. 69, 2021.

NYE, Joseph S. **How not to deal with a rising China: a US perspective.** International Affairs, v. 98, n. 5, p. 1635-1651, 2022.

MELARA, Gabriela. **Honduras: presentan proyecto del tren interoceánico a comisión de EEUU.** Revista E&N, 2024. Disponível em: <<https://www.revistaeyn.com/centroamericaymundo/honduras-presentan-proyecto-del-tren-interoceanico-a-comision-de-eeuu-KL17584428>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PARLACEN. **Firma del Convenio de Incorporación de la República Popular China como Observador ante el PARLACEN.** Parlamento Centroamericano, 2023. Disponível em: <<https://parlacen.int/noticias/0RGU4xdUs4f6le5lgwmf>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PAZ, Gonzalo Sebastián. **China, United States and hegemonic challenge in Latin America: An overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region.** The China Quarterly, v. 209, p. 18-34, 2012.

PERALTA, Gabriel Aguilera. **Central America between Two Dragons: Relations with the Two Chinas.** In: Latin America Facing China: South–South Relations Beyond the Washington Consensus, p. 167-180, 2010.

PERALTA, Gabriel Aguilera. **De espaldas al dragón: las relaciones de Centroamérica con Taiwán.** Nueva Sociedad, v. 203, p. 171, 2006.

PERELLO, Lucas. **Las elecciones generales de Guatemala de 2023: ¿el comienzo de una nueva primavera?** Rev. Urug. Cienc. Polít., Montevideo , v. 33, e403, 2024 .

PETERS, Enrique Dussel. **Comercio e inversiones: la relación de Centroamérica y China, ¿ Hacia una relación estratégica en el largo plazo?** CEPAL, 2018.

PULIDO, Orlando. **Belize and Taiwan celebrate 35 years of diplomatic relations.** Amandala Newspaper, 2024. Disponível em: <<https://amandala.com.bz/news/belize-and-taiwan-celebrate-35-years-of-diplomatic-relations/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

RAMIREZ, Isaac. **Se normalizan exportaciones de café y macadamia a China - Agencia Guatemalteca de Noticias.** Agencia Guatemalteca de Noticias, 2024. Disponível em: <<https://agn.gt/se-normalizan-exportaciones-de-cafe-y-macadamia-a-china/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

ROD, Zdeněk; HIMMER, Michal. **The great powers in Central America: US response to Chinese activities in the region.** Latin American Policy, v. 12, n. 2, p. 236-249, 2021.

RODRÍGUEZ, Elin. **Estudiantes hondureños tendrán opción de seguir sus estudios en Taiwán o trasladarse a China.** UNAH, 2023. Disponível em: <<https://blogs.unah.edu.hn/dircom/estudiantes-hondurenos-tendran-opcion-de-seguir-sus-estudios-en-taiwan-o-trasladarse-a-china/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ROSALES, Osvaldo. **La irrupción de China y las tensiones en la gobernabilidad económica mundial.** In: AMORIM, J. et al (Orgs.) Governança internacional e desenvolvimento. São Paulo: Edusp, 2021, pp. 163-198.

RUNDE, Daniel. **Enabling a Better Offer: How Does the West Counter Belt and Road?** Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/enabling-better-offer-how-does-west-counter-belt-and-road>>.

Acesso em: 15 fev. 2025.

RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. **A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos.** Política Externa, v. 16, n. 3, p. 7-27, 2008.

SALMENJAAKKO, Wilma. **The One China Problem? The Diplomatic Recognition of the Republic of China.** Lund University, 2023.

SARAIVA, José Flavio Sombra (Ed.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** Editora Saraiva, 2008.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power.** Oxford: Oxford Un. Press, 2013.

STEVENSON, Alexandra ; BRADSHER, Keith. **Trump, the Panama Canal and China's Role: What We Know.** New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2025/02/06/business/panama-canal-ck-hutchison.html>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SULLIVAN, Mark; LUM, Thomas. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean.** Congressional Research Service (CRS), 2018.

SUTTER, Robert. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War.** Fourth Edition New York, London: Rowman & Littlefield, 2016.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta.** Editora Contexto, 2016.

TZU-HSUAN, Liu. **Taiwan, Honduras sever all relations.** Taipei Times, 2023. Disponível em: <<https://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2023/03/27/2003796786>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

UN COMTRADE. **Trade Database: América Central-EUA-China.** UN Comtrade, 2025c. Disponível em: <<https://comtradeplus.un.org/TradeFlow>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

UN COMTRADE. **Trade Database: Belize-China**. UN Comtrade, 2025a. Disponível em: <<https://comtradeplus.un.org/TradeFlow>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

UN COMTRADE. **Trade Database: Guatemala-China**. UN Comtrade, 2025b. Disponível em: <<https://comtradeplus.un.org/TradeFlow>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

US SOUTHCOM. **SOUTHCOM's 2024 Posture Statement to Congress**. US Southcom, 2024. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/SOUTHCOMs-2024-Posture-Statement-to-Congress/>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

VARGAS, Mojana. **A construção do Pan-Americanismo nas páginas de Américas (1949-1969)**. Revista Crítica Histórica, v. 5, n. 9, 2014.

YIZHOU, Wang. **China's New Foreign Policy: Transformations and Challenges Reflected in Changing Discourse**. The Asian Fórum, 2014.

YOUKEE, Mat. **Panama the new flashpoint in China's growing presence in Latin America**. The Guardian, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/nov/28/panama-china-us-latin-america-canal>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ZÚÑIGA, Rene Herrera. **Centroamérica en la política internacional (breve resumen histórico)**. Anuario de Estudios Centroamericanos, p. 61-77, 1982.